

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MAX BERNARDINO FERREIRA

VALOR JUSTO E OS OBJETIVOS DA CONTABILIDADE: um estudo sobre os instrumentos financeiros das instituições bancárias listadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA

**João Pessoa
2014**

MAX BERNARDINO FERREIRA

VALOR JUSTO E OS OBJETIVOS DA CONTABILIDADE: um estudo sobre os instrumentos financeiros das instituições bancárias listadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a) Prof.^(a): Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante.

**João Pessoa
2014**

F383v FERREIRA, Max Bernardino.

Valor justo e os objetivos da contabilidade: um estudo sobre os instrumentos financeiros das instituições bancárias listadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA. / Max Bernardino Ferreira. – João Pessoa: UFPB, 2014.

67f.:il

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante.
Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Objetivos da contabilidade. 2. Critérios de mensuração. 3. Valor justo. 3. Cavalcante, Paulo Roberto Nóbrega. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:657(043.2)

MAX BERNARDINO FERREIRA

VALOR JUSTO E OS OBJETIVOS DA CONTABILIDADE: um estudo sobre os instrumentos financeiros das instituições bancárias listadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante
(Orientador)

Profª. Drª. Márcia Reis Machado

Profº. Ms. Luiz Felipe de Araujo Pontes Girão

João Pessoa, 07 de março de 2014.

*Dedico este trabalho ao meu Senhor
Jesus Cristo, sua Mãe Maria Santíssima
e minha querida mãe Maria da Penha
Bernardino da Silva por todo amor e
apoio em cada momento da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Ter uma profissão torna o homem digno e independente, ter paixão por ela o torna um profissional de sucesso, por isso concluir um curso superior de um ofício que se ama é uma grande vitória para qualquer pessoa, não sendo conquistada sem muito esforço, sacrifício e renúncia foi um verdadeiro combate que não poderia ter sido vencido sem o auxílio de pessoas que nos ajudariam a ter fé, força e perseverança.

Por isso agradeço a Deus primeiramente e a interseção poderosa da Virgem Maria Santíssima que me fortaleceram e foram refúgio seguro onde encontrei a paz e a coragem de persistir neste longo caminho, a Eles rendo louvor, honra e glória por todos os dias da minha vida.

A minha querida Mãe, que sempre foi para mim um verdadeiro anjo que me deu força e sentido para persistir, ela que esteve em todos os momentos da minha vida, nos tristes me consolando e nos alegres sorrindo comigo, ela é a minha referência de vitória, integridade e amor.

A minha irmã, companheira de todos os momentos, que amo e quero bem, sua presença e orações sempre foi para mim como jóias que embelezaram o meu caminho.

Ao meu orientador Drº. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante que aceitou este desafio e com muito zelo e atenção me orientou, sendo sempre disponível e generoso no compartilhamento de conhecimentos e experiências e por todo auxílio concedido para conclusão deste trabalho.

Aos professores, pelas experiências e transmissão de conhecimentos compartilhados em sala de aula.

Aos meus amigos e colegas pela valiosa companhia e convivência durante toda essa trajetória.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esse projeto torna-se realidade.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi demonstrar o nível de aderência dos critérios utilizados pelas instituições bancárias, para mensurar os seus instrumentos financeiros a valor justo, aos objetivos da contabilidade. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa-descritiva, na qual foram classificados conceitualmente os critérios de mensuração a valor justo quanto à aderência aos objetivos da contabilidade e realizado o cálculo das médias de percentuais e desvios-padrão da evidenciação destes critérios. O espaço amostral da pesquisa foi composto por 23 bancos listados na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBovespa), sendo a coleta de dados realizada via web, e referentes às demonstrações contábeis de 2011 e 2012. Foi estabelecida, com base na literatura, uma escala de aderência aos objetivos da contabilidade para classificar os critérios de mensuração a valor justo. O resultado da pesquisa demonstrou que o critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos é altamente aderente aos objetivos da contabilidade, com médias de utilização de 65% e 63%, o mesmo critério com instrumentos financeiros similares é relativamente aderente aos objetivos da contabilidade, com médias de 34% e 36%, enquanto que os cálculos de estimava são pouco aderentes aos objetivos da contabilidade, com médias de 1% nos períodos em estudo.

Palavras-chave: Objetivos da contabilidade. Critérios de mensuração. Valor justo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Características qualitativas da informação contábil – CPC00 (R1)	21
Figura 2 - Níveis hierárquicos do valor justo.....	33
Figura 3 - Ranking do total mensurado a valor justo por instituição bancária exercício de 2011	48
Figura 4 - Ranking do total mensurado a valor justo por instituição bancária exercício de 2012.	4949
Figura 5 - Ativos financeiros mensurados a valor justo 2011	51
Figura 6 - Ativos financeiros mensurados a valor justo – 2012	52
Figura 7 - Passivos financeiros mensurados a valor justo.....	53
Figura 8 - Passivos financeiros mensurados a valor justo – 2012.....	54
Figura 9 - Médias percentuais por critério de mensuração a valor justo – 2011.....	588
Figura 10 - Médias percentuais por critério de mensuração a valor justo – 2012.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Critérios de mensuração a valor justo por instituição bancária exercício 2011(em milhares de reais).....	46
Tabela 2 - Critérios de mensuração a valor justo por instituição bancária exercício 2012(em milhares de reais).....	47
Tabela 3 - Montante dos ativos financeiros por critérios de mensuração – 2011 (em milhares de reais).....	50
Tabela 4 - Montante dos ativos financeiros por critérios de mensuração – 2012 (em milhares de reais).....	51
Tabela 5 - Montante dos passivos financeiros por critérios de mensuração – 2011 (em milhares de reais).....	53
Tabela 6 - Montante dos passivos financeiros por critérios de mensuração – 2012 (em milhares de reais).....	54
Tabela 7 - Representação do critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos por instituição bancária – 2011 e 2012	55
Tabela 8 - Representação do critério de valor de mercado de instrumentos financeiros similares por instituição bancária– 2011 e 2012	56
Tabela 9 - Representação do critério de cálculos estatísticos financeiros de estimativa por instituição bancária – 2011 e 2012.....	56
Tabela 10 - Desvios-padrão das médias.....	59
Tabela 11 - Classificação dos critérios de mensuração a valor justo.....	59
Tabela 12 - Média e Desvios-padrão dos níveis de aderência aos objetivos de contabilidade	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características de melhoria das informações contábeis.....	23
Quadro 2 - Atributos da representação fidedigna conforme CPC 00 (R1).....	25
Quadro 3 - Níveis hierárquicos do valor justo.....	34
Quadro 4 - Abordagens de determinação do valor justo.....	35
Quadro 5 - Classificação dos instrumentos financeiros derivativos.....	40
Quadro 6 - Listagem das instituições bancárias listadas na BM&F Bovespa.....	46

LISTA DE SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FASB - Financial Accounting Standards Board

IASB - International Accounting Standards Board

IAS - International Accounting Standards

SFAS - Statement of Financial Accounting Standards

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização	14
1.2 Problemática	15
1.3 Objetivos	16
1.3.1 Objetivo Geral	16
1.3.2 Objetivos Específicos	16
1.4 Justificativa	16
1.5 Estrutura do trabalho	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 CONTABILIDADE: Conceitos e Definições	18
2.2 Objetivos da contabilidade	19
2.3 Características qualitativas da informação contábil	20
2.3.1 Abordagem da relevância das informações contábeis	22
2.3.2 Abordagem da confiabilidade das informações contábeis	23
2.4 Teoria da mensuração	24
2.4.1 Processo de mensuração dos elementos patrimoniais	24
2.4.2 Valores de entrada	25
2.4.2.1 <i>Custo Histórico</i>	26
2.4.2.2 <i>Custo corrente</i>	27
2.4.3 Valores de saída	27
2.4.3.1 <i>Valor Realizado</i>	28
2.4.3.2 <i>Valor de mercado</i>	28
2.4.3.3 <i>Fluxo de caixa descontado (Valor Presente)</i>	29
2.4.3.4 <i>Valor realizável líquido</i>	29
2.4.3.5 <i>Valor de Liquidação</i>	29
2.5 VALOR JUSTO: Noções Preliminares	30
2.5.1 Hierarquia do Valor justo	32
2.5.2 Critérios de mensuração a valor justo	34
2.5.3 O valor justo no contexto da convergência às normas internacionais	36
2.5.4 Discussão sobre vantagens e críticas ao valor justo	36

2.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Definições	38
2.6.1 Classificação dos instrumentos financeiros	38
2.6.2 Mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com o CPC	
38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração	40
3 METODOLOGIA	42
3.1 Tipologia de pesquisa	42
3.2 Procedimentos metodológicos	42
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	44
4.1 Instituições bancárias e os critérios de mensuração a valor justo	44
4.2 instrumentos financeiros mensurados a valor justo	49
4.2.1 Ativos financeiros	49
4.2.2 Passivos financeiros	52
4.3 Representação dos critérios de mensuração a valor justo por instituição bancária	54
4.3.1 Médias e Desvios-padrão	57
4.3.2 Classificação dos critérios de mensuração a valor justo aos níveis de aderência aos objetivos da contabilidade	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A Contabilidade surgiu a partir da necessidade do homem de quantificar o seu patrimônio e de avaliar a sua riqueza, como também saber o quanto esta riqueza cresceu ou diminuiu ao longo do tempo, conforme definição de Ludícibus e Marion (2008). Atualmente entende-se que a contabilidade tem como objetivo apresentar informações contábeis úteis e de qualidade aos usuários internos e externos das entidades a fim de auxiliá-los na tomada de decisões destacam Padoveze *et al.* (2012).

Um dos pontos mais importantes para que a contabilidade alcance o seu objetivo é a devida mensuração dos elementos patrimoniais, evidenciando adequadamente a situação econômico-financeira das entidades, como nos afirma Ludícibus (2010).

De acordo com Hendriksen (1999) mensurar é um processo de atribuição de valores a objetos ou fatos relacionados às atividades de uma entidade. Em seu turno, Martins (2000) aponta que existem várias maneiras de se medir o patrimônio de uma empresa, desde o custo histórico, passando pelo custo corrente e suas variáveis como também pelo valor líquido de realização, valor de mercado e chegando por fim ao valor presente dos fluxos de caixa futuros. Temos então diversas possibilidades e várias discussões sobre a medida mais eficaz para se mensurar os elementos patrimoniais das entidades.

Dentre essas discussões podemos destacar aquelas dispostas em volta do critério de mensuração a valor justo (*fair value*) que vem ganhando apoio para avaliação de determinados ativos e passivos. Argiles *et. al.* (2009) explicam que este critério possibilita uma maior relevância às informações contábeis e uma melhor evidenciação da realidade econômico-financeira das organizações.

Sob a ótica de Landsman (2007), bem como de Laux e Leuz (2010) o valor justo, na visão do mercado, é uma medida relevante e oportuna de mensuração, pois o reconhecimento do resultado não depende da realização dos elementos patrimoniais, como ocorre com a mensuração a custo histórico e suas variantes que, conforme destacam Ludícibus e Martins (2007) vêm sendo ultrapassados pela adoção deste critério na avaliação de ativos.

Levando em consideração a tendência internacional, os principais órgãos normativos internacionais como o *International Accounting Standards Board* (IASB) principal responsável pela emissão das normas contábeis internacionais e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), órgão que normatiza a contabilidade nos Estados Unidos, têm requerido em suas normas o reconhecimento de alguns ativos a valor justo destacam Silva Filho *et. al.* (2012).

No entanto Silva Filho *et. al.* (2012) explicam ainda que as discussões sobre a utilização da mensuração a valor justo vêm reunindo críticos e defensores no que diz respeito à dificuldade da aplicação deste método de mensuração.

Aqueles que são contrários à utilização da mensuração a valor justo argumentam que não há relevância nesta aplicação e que as informações se tornam enganosas, devido ineficiência do mercado na estipulação de preços e a utilização de critérios de mensuração a valor justo que podem apresentar valores manipulados sem confiabilidade, conforme apresenta Luax e Leuz (2009).

Padove *et. al.* (2012) afirmam que os principais critérios ou técnicas utilizados na definição do valor justo dos elementos patrimoniais são: Valor de mercado, valor de mercado similar, custo de reposição e fluxo de caixa descontado, sendo estes critérios harmonizados com aqueles definidos pelas normas internacionais emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

No Brasil, uma das grandes áreas de atuação na economia é a de intermediação financeira representada principalmente pelos bancos comerciais e múltiplos que começaram a adotar o critério de mensuração a valor justo em 2001 através da Circular BACEN nº. 3.082/01, que determinava este método de avaliação as operações com derivativos e títulos de valores mobiliários como nos explica Marques Petri e Schultz (2012).

1.2 Problemática

A partir da discussão trazida no tópico anterior quanto à aplicação da mensuração a valor justo e os critérios que são utilizados para sua definição, a necessidade de sua conformação com os objetivos da contabilidade, disponibilizando aos seus usuários um sistema de informações úteis e confiáveis, como também o grande nível de evidenciação deste critério pelas instituições bancárias, que o utilizam há bastante tempo, temos então o seguinte questionamento de pesquisa para este trabalho: **Qual dos critérios utilizados por**

instituições bancárias para mensurar os seus instrumentos financeiros a valor justo mais se aproxima dos objetivos da contabilidade?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é demonstrar os critérios utilizados por Instituições bancárias para mensurar os seus instrumentos financeiros a valor justo que mais se aproximam dos objetivos da contabilidade.

1.3.2 Objetivos Específicos

Apresentam-se os objetivos específicos:

- Fazer uma abordagem teórica sobre quais critérios de mensuração a valor justo possuem maiores níveis de relevância e confiabilidade na sua evidenciação;
- Identificar quais os instrumentos financeiros as Instituições bancárias estão evidenciando a valor a justo;
- Verificar quais os critérios ou técnicas utilizadas pelas instituições bancárias para se mensurar os seus instrumentos financeiros a valor justo;

1.4 Justificativa

As discussões existentes sobre a aplicação do critério de mensuração a valor justo (*fair value*) e as técnicas utilizadas para sua definição, em detrimento de outros critérios como o custo histórico e suas variações para alguns ativos e passivos, tornam as pesquisas sobre a aplicabilidade deste método nas informações contábeis das empresas, importantes contribuições para uma melhor compreensão e avaliação da utilidade e confiabilidade deste método no alcance dos objetivos da contabilidade.

Diversos profissionais da contabilidade defendem a utilização do valor justo, por este apresentar o valor atualizado dos elementos patrimoniais de acordo com o mercado, enquanto que os contrários se apoiam na afirmação de que com o valor justo as informações contábeis perdem confiabilidade e para subsidiar um melhor entendimento sobre este assunto se faz necessário que os estudos a serem

realizados se baseiem em informações contábeis de empresas que já possuam experiência e grande volume na aplicação deste critério de mensuração, como as Instituições bancárias.

O presente trabalho se apresenta bastante oportuno e atual, apesar de ser discutido há bastante tempo como nos explica Deaconu Buiga (2010), pois o critério de mensuração a valor justo vem sendo bastante utilizado pelas organizações nos últimos anos, sobretudo devido às mudanças nas normas contábeis brasileiras que buscam a convergência às normas internacionais emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB).

1.5 Estrutura do trabalho

Este estudo foi estruturado em cinco seções sendo a primeira referente à introdução, a segunda seção condizente a fundamentação teórica, por sua vez, na terceira seção apresentamos a metodologia do trabalho realizado, na quarta seção incorreu-se a uma análise dos resultados e, por fim, na quinta seção temos as considerações finais do trabalho de conclusão de curso em tela.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE: Conceitos e Definições

Para introduzir a abordagem deste tema, insta registrar que:

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. (IUDÍCIBUS; MARION, 2008, p.42).

Esta definição é bastante atual sobre a contabilidade, porém ao longo do seu desenvolvimento histórico, a ciência contábil, teve variadas formas de definição, conforme as percepções que os estudiosos e pesquisadores tinham desta ciência, estas foram denominadas de escolas.

Para Pfaltzgraff (1956) a contabilidade é a ciência que tem por objeto o estudo de documentos, cálculos e contas nas quais se faz o registro dos atos e fatos administrativos, classificando-os e evidenciando os efeitos sobre o patrimônio, assim identificamos a conceituação com base na escola contista.

Segundo Hermann Junior (1972), Fábio Besta que afirmou a riqueza como objeto da contabilidade, a definiu como a ciência do controle econômico. O mesmo Fábio Besta foi precursor do controlismo, escola que deu à contabilidade um foco maior nas funções de orientação e controle da riqueza.

Fundamentado na escola patrimonialista, Hermann Junior (1972) definiu a contabilidade como a ciência que estuda o patrimônio das aziendas nos aspectos estático e dinâmico e suas alterações. Após o patrimonialismo, o neopatrimonialismo vem dar um conceito mais atual do que se entende sobre contabilidade, conforme Campliglia (1966) que conceitua a ciência contábil como um sistema que classifica, registra e apresenta periodicamente as informações econômicas de uma determinada entidade para o seu controle e gestão.

Considerando a discussão realizada, o presente trabalho adota o conceito neopatrimonialista como o mais adequado e atual, tendo em vista sua maior utilização nos sistemas de controle e gestão das empresas e assim dando suporte a tomada de decisões, por parte dos seus usuários. A partir do conhecimento a

respeito daquilo o que a Contabilidade é, fica mais próximo o entendimento a respeito dos seus objetivos, como será abordado a seguir.

2.2 Objetivos da contabilidade

Existem várias definições quanto aos objetivos da contabilidade, Hendriksen e Van Breda (2007, p.93) explicam que:

O objetivo da contabilidade é: 1- Medir os recursos possuídos por entidades específicas. 2- Refletir os direitos contra essas entidades e os interesses nelas existentes. 3- Medir as variações desses recursos, direitos e interesses. 4- atribuir as variações a períodos determináveis. 5- Expressar os dados anteriores em termos monetários como denominador comum.

Porém, esta definição dada pelos autores no que tange aos objetivos da contabilidade, expressa as formas pelas quais a contabilidade presta informação sobre o patrimônio de uma entidade, ou seja, são os meios para se chegar ao fim de informar.

As finalidades do sistema contábil de informação são sintetizadas por Ludícibus e Marion (2008) como um sistema que busca prestar informações estruturadas de dimensão econômica, financeira, física, produtiva e social aos usuários das entidades, tanto externos quanto internos. Estes autores relatam ainda que o objetivo principal da contabilidade é o de subsidiar, aos diversos grupos de usuários, uma avaliação econômico-financeira da entidade, assim como também análises de tendências futuras das entidades.

De acordo com Padoveze *et al.* (2012), a contabilidade tem como finalidade demonstrar aos usuários externos e internos das empresas informações contábeis que possuam utilidade e qualidades que possam auxiliá-los na tomada de decisões.

A estrutura conceitual básica do comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) em consonância com o *The conceptual Framework Financial Reporting* das normas internacionais emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), (CPC 00 (R1), 2011) explica que:

O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimo e outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Entende-se, então, que a contabilidade tem como objetivo o fornecimento de informações econômico-financeiras sobre as entidades e que tais informações devem ter utilidade para servirem de base ao sistema decisório dos seus usuários.

A utilidade da informação contábil é uma decorrência da qualidade que apresenta. Nesse sentido, há um conjunto de características qualitativas que, conforme órgãos reguladores são indispensáveis para que a Contabilidade logre alcançar os seus objetivos.

2.3 Características qualitativas da informação contábil

Iudícibus e Marion (2008, p.62) abordam que “a informação contábil, como todo bem econômico, tem um custo e esse deve ser sempre comparado com os benefícios esperados da informação”. Os autores explicam ainda que para avaliar o benefício das informações contábeis em comparação ao seu custo de obtenção se faz necessário que estas informações possuam características específicas que as fundamente.

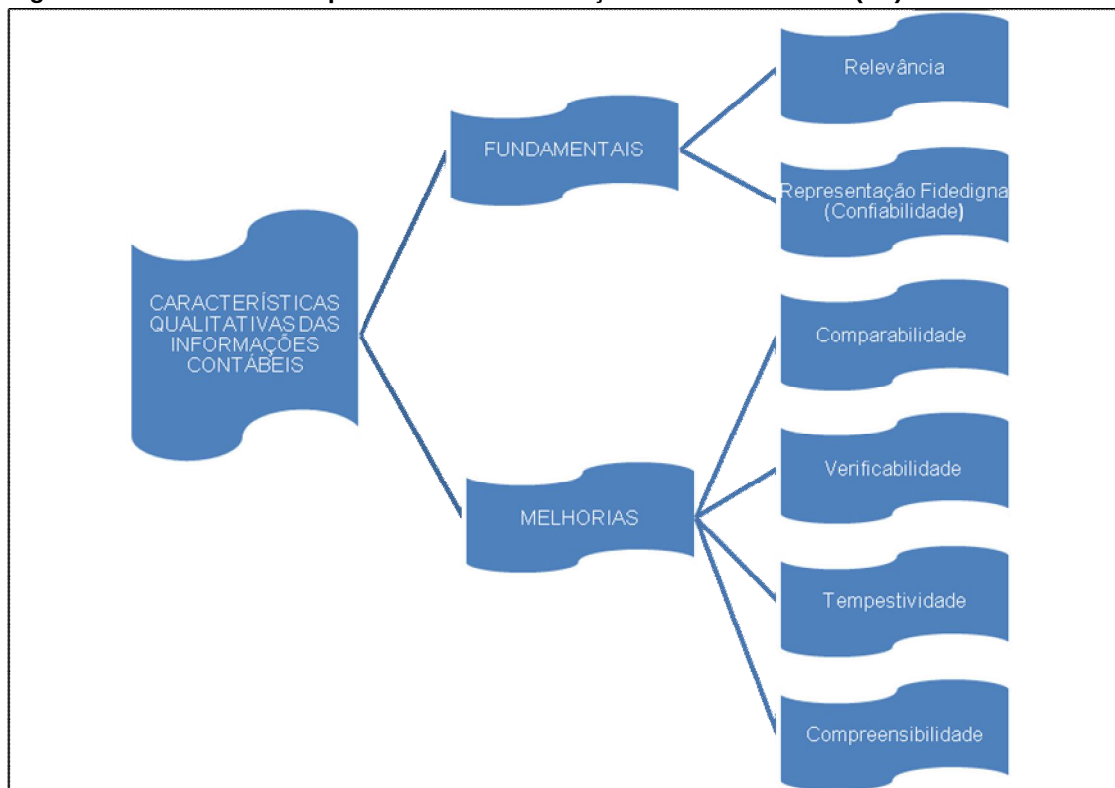
Assim para que as informações contábeis alcancem seus objetivos, além da disponibilização das informações, se faz necessário um conjunto de propriedades que garantam a sua utilidade, estas são denominadas de características qualitativas das informações contábeis, segundo Hendriksen e Van Breda (1999).

Para Hendriksen e Van Breda (2007) a utilidade das informações contábeis também dependerá da natureza do usuário, pois este é o agente fundamental da tomada de decisões, tornando a compreensibilidade da informação limitada aos tipos específicos de usuários, porém há características que são fundamentais e independentes dos tipos de usuários, como por exemplo, a oportunidade, pois o registro de informações econômico-financeiras é sempre oportuno a todos os interessados na informação.

O (CPC 00 (R1), 2011) explica que as informações contábeis úteis precisam ser relevantes e representar com fidedignidade o que se propõe a evidenciar, sendo a informação contábil melhorada quando for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. Esta atual classificação divide as características das informações contábeis em dois grupos: as características fundamentais e as de melhoria.

Na Figura 1 abaixo se observa a atual classificação das características qualitativas da informação contábil de acordo com o CPC 00 (R1).

Figura 1 – Características qualitativas da informação contábil – CPC00 (R1)



Fonte: Elaboração do autor (2013).

A partir da Figura 1, verifica-se que a estrutura conceitual CPC 00 (R1) (2011) enfoca as qualidades de relevância e representação fidedigna (confiabilidade) como as mais importantes para utilidade da informação contábil na tomada de decisão.

Pode-se observar que a característica *confiabilidade* foi renomeada de *representação fidedigna* pelo CPC00 (R1) (2011) de acordo com o que consta no *The Conceptual Framework* emitido pelo IASB.

O (CPC 00 (R1), 2011) relata que as características de melhoria da informação contábil auxiliam na determinação de uma entre duas alternativas que possuam o mesmo valor de relevância e representação fidedigna que deve ser utilizada para evidencição de um evento econômico-financeiro.

As características qualitativas de melhoria visam ampliar a utilidade das informações contábeis. O Quadro 1 demonstra as definições destas características de melhoria conforme descrito na estrutura conceitual (CPC 00 (R1), 2011):

Quadro 1 - Características de melhoria das informações contábeis

Características	Definição
Comparabilidade	É a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridade dos itens e diferenças entre eles.
Verificabilidade	Significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.
Tempestividade	Significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

No que diz respeito às características qualitativas fundamentais, dada a sua importância, cabe um olhar mais aprofundado, como segue.

2.3.1 Abordagem da relevância das informações contábeis

Yamamoto e Salotti (2006) abordam que a relevância da informação contábil está relacionada com a geração de conhecimento aos usuários sobre a companhia, tornando-se capaz de influenciar as suas decisões. Para Kam (1986) a relevância da informação diminui a incerteza no processo de tomada de decisões pelos seus usuários.

Ratificando estas afirmativas, considera-se que a informação relevante é aquela que dá subsídios aos usuários a fazerem predições relacionadas aos resultados futuros das corporações, confirmando ou corrigindo expectativas anteriores de acordo com Hendriksen e Van Breda (2009). Diante do exposto, a informação relevante deve apresentar valor preditivo e valor confirmatório conforme abordado no (CPC 00 (R1) 2011):

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. A informação contábil-financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados. A informação contábil-financeira tem valor confirmatório se retroalimentar – servir de feedback - avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).

Além da natureza da informação ser preditiva e confirmatória a característica qualitativa da relevância possui outro importante atributo, a *materialidade*. Segundo Hendriksen e Van Breda (2007),

A materialidade pode ser entendida como uma restrição, devido à incapacidade dos usuários manusearem um grande volume de informações detalhadas que devem ser sintetizadas de maneira a fazer sentido para os usuários da informação, pois um excesso de dados pode confundir tanto quanto sua falta.

A estrutura conceitual (CPC 00 (R1) 2011) define que “a informação é material se a sua omissão ou divulgação distorcida (*misstating*) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação”.

2.3.2 Abordagem da confiabilidade das informações contábeis

Para que as informações contábeis sejam úteis aos seus usuários, além da sua relevância é de fundamental importância uma representação fidedigna das informações em evidência, sendo assim Yamamoto e Salotti (2006) afirmam que a confiabilidade é uma característica qualitativa que leva ao usuário a acreditar e aceitar as informações geradas pela contabilidade utilizando-as em seu processo decisório.

Iudícibus e Marion (2008) explicam que “uma informação é confiável quando ela está livre de erros materiais e vieses e pode ser aceita pelos usuários como representando fielmente o que está destinada a representar”. Este conceito é ratificado pela estrutura conceitual básica CPC 00 (R1) que diz que “para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser *completa, neutra e livre de erro*.”

No Quadro 2 estão os conceitos dos atributos da representação fidedigna de acordo com a estrutura conceitual CPC 00 (R1) (2011):

Quadro 2 - Atributos da representação fidedigna conforme CPC 00 (R1)

Atributos	Conceitos
Completa	O retrato da realidade econômica completa deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias.
Neutra	Um retrato neutro da realidade econômica é desprovido de viés na seleção ou na apresentação da informação contábil-financeira.
Livre de erro	Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado para produzir a informação reportada, foi selecionado e aplicado livre de erros.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

A confiabilidade ou representação fidedigna não está apenas relacionada às informações que são evidenciadas, mas também com as formas de mensuração e reconhecimento dos elementos patrimoniais, como por exemplo, o critério de mensuração a valor justo, sobretudo quando há possibilidades de manipulação por parte dos responsáveis pela avaliação relata Martins (2012).

2.4 Teoria da mensuração

2.4.1 Processo de mensuração dos elementos patrimoniais

Segundo Hendriksen e Van Breda (2007, p. 304) “em contabilidade, mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa”. No entanto Godfrey *et al* (2006) afirmam que mensurar é um processo de atribuição de numerais à representação de materiais não expressos em números, devido às leis que as regem.

Contudo o processo de mensuração não deve ser entendido apenas em termos monetários, pois informações adicionais podem ser relevantes à tomada de decisões dos usuários, como a capacidade produtiva em toneladas ou o número de operários nos explica ainda Hendriksen e Van Breda (2007). Conforme Niyama e Silva (2008) a mensuração de elementos patrimoniais é indispensável por ser a primeira etapa do processo de reconhecimento e evidenciação das informações contábeis.

Kich e Filipin (2010) afirmam que mensurar é uma aproximação a realidade através de métodos, onde para contabilidade a mensuração de ativos e passivos é realizada pelos valores de entrada e saída. As autoras continuam afirmando que o principal impasse no momento da mensuração é a escolha da medida de avaliação para agregar valor aos elementos patrimoniais, pois há várias formas de fazê-lo com variadas percepções acerca do mesmo item.

Para se atribuir valor aos ativos e passivos de uma entidade são adotados diversos critérios de mensuração como o custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente, custo corrente corrigido, valor realizável líquido, valores de liquidação, valor justo e outros de acordo com Kam (1986). Este autor relata ainda que ao longo da história a contabilidade enfrenta um dilema quanto à teoria da mensuração no que diz respeito à utilização do custo ou valor, onde o primeiro relaciona-se ao passado, enquanto que o segundo ao futuro.

Diante destas discussões entende-se que a principal questão da mensuração de elementos patrimoniais está em torno da utilização de métodos de avaliação que estejam em linha com os objetivos da contabilidade e assim prestar informações contábeis úteis aos diversos usuários interessados na entidade.

Sendo assim, de acordo com Garcia *et al* (2007) as informações contábeis não devem apresentar aos seus usuários relatórios com informações caluniosas e parciais, pois assim trairiam os objetivos da contabilidade que é o de fornecer informações úteis aos seus usuários. Para um melhor entendimento com relação aos diversos métodos de mensuração faz-se necessário um estudo da divisão destes em valores de entrada e valores de saída.

2.4.2 Valores de entrada

Conforme explicam Hendriksen e Van Breda (2007, p.306) “as medidas de entrada representam o volume de dinheiro, ou o valor de alguma outra forma de compensação, pago quando um ativo ou seus serviços ingressam na empresa por meio de uma troca ou conversão”.

Segundo Martins (2001) os valores de entrada vem sendo criticados por influenciar a utilidade da informação adiando o reconhecimento dos resultados dos eventos econômicos gerados pela gestão da empresa e assim prejudicando a capacidade preditiva da informação contábil.

Kich e Filipin (2010) relatam que os valores de entrada, utilizados com maior frequência na mensuração de elementos patrimoniais até então representam uma visão mais estática e objetiva não apresentando em si valores reais ao longo do tempo.

Assim observa-se que os valores de entrada possuem uma maior confiabilidade, pois podem apresentar uma informação mais neutra e livre de viés, porém, para os estudiosos da contabilidade, não garante uma representação do valor econômico dos ativos e passivos, fazendo da informação contábil, mensurado por estes métodos, menos relevantes, diante disto há um impasse quanto ao alcance dos objetivos da contabilidade já discutidos neste trabalho.

Entretanto diversos elementos patrimoniais continuam a ser mensurado pelos critérios de valores de entrada, mesmo diante de várias críticas, pois para os usuários, estes elementos são mais relevantes mensurados através destes critérios.

Atualmente, as principais medidas ou valores de entrada para mensuração dos elementos patrimoniais são: Custo histórico e custo corrente.

2.4.2.1 Custo Histórico

Iudícibus e Marion (2008, p. 146) ensinam que custo histórico “é o valor original da transação, isto é, quanto custou a uma empresa adquirir um determinado ativo ou quanto custaram os insumos contidos no ativo”.

Estes autores apontam que a grande vantagem deste critério de mensuração é a sua objetividade, representando o valor econômico na data da transação e viabilizando uma melhor verificação das informações pelos seus usuários. Esta vantagem é confirmada por Martins (2001) que comenta sobre o custo histórico como o método de entrada que melhor evidencia as informações contábeis dentro dos conceitos de confiabilidade e verificabilidade.

Para Hendriksen e Van Breda (2007, p. 306),

O custo histórico é definido pelo preço agregado pago pela empresa para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários para colocar o ativo no local e nas condições que permitam prestar serviços na produção ou em outras atividades da empresa.

Porém, de acordo com Sayed (2012) o custo histórico vem sendo bastante criticado, por não se preocupar com os futuros desembolsos necessários para reposição dos ativos, tornando a informação irrelevante, prejudicando a sua capacidade de predição e consequentemente a tomada de decisão por parte dos seus usuários. Isto pode ser verificado, segundo Gartemberg e Serafim (2009), no comportamento de alguns gestores que “podem vender seletivamente instrumentos financeiros que subiram de valor e segurar os que apresentaram perdas, escondendo-as”.

Na prática não há uma utilização universal do custo histórico, afirmam Allen e Carletti (2007), tendo em vista que as atuais normas contábeis obrigam as empresas a fazerem teste de redução ao valor recuperável e mensuração a valor justo para certos ativos.

2.4.2.2 Custo corrente

Hendriksen e Van Breda (2007, p.308) explicam que,

Os custos correntes representam o preço de troca que seria exigido hoje para obter o mesmo ativo ou um ativo equivalente, ou seja, os padrões correntes refletem o que um produto deve custar para produzir sobre condições correntes de preços e tecnologia e com um padrão desejado de eficiência.

Para Ludícibus e Marion (2008), no critério de mensuração do custo corrente há uma maior riqueza informativa, pois este critério leva em consideração a flutuação específica dos preços dos ativos de uma empresa e aumenta a predição para o investidor interessado nesta. Os autores ainda explicam que as desvantagens deste método ocorrem por só poder ser utilizado quando houver interesse da empresa em repor de fato o ativo, sendo mais utilizado de forma gerencial no momento da avaliação.

2.4.3 Valores de saída

Para Martins (2001), os valores de saída representam os ganhos com a realização de seus recursos disponibilizados no mercado em determinado momento, seja no passado, presente ou futuro. Hendriksen e Van Breda (2007, p. 310)

explicam “os preços de saída representam o volume de caixa, ou o valor de algum outro instrumento de pagamento, recebido quando um ativo ou seu serviço deixa a empresa por meio de troca ou conversão”.

De acordo com Barreto (2009) os valores de saída visam demonstrar o máximo possível o valor econômico dos elementos patrimoniais avaliados, elevando o nível de relevância das informações. Martins (2001) ratifica esta assertiva dizendo que esses valores possuem um caráter mais relevante e consequentemente mais útil, pois aproxima as informações contábeis ao valor econômico dos ativos e passivos.

Porém, o autor explica ainda que existem algumas desvantagens relacionadas ao valor de saída, no que diz respeito a sua determinação, que em grande parte dos casos se utiliza de estimativas, como ativos sem cotação no mercado, dando a informação contábil certo subjetivismo. Para Barreto (2009) outra crítica feita aos valores de saída é com relação ao reconhecimento de receitas ainda não realizadas, ou seja, o potencial de ganho de uma empresa sobre um ativo é reconhecido antes da sua negociação no mercado.

Ainda segundo Martins (2001), as principais bases de mensuração dos valores de saída são: Valor realizado, valor de mercado, fluxo de caixa descontado, valor realizável líquido, valor de liquidação e valor justo.

2.4.3.1 Valor Realizável

O valor realizado é o valor obtido em uma negociação entre agentes de mercado, compradores e vendedores, originando um conflito de interesses, diante da visão do vendedor de acordo com Martins (2001). Para Handriksen e Van Breda (2007) valor realizado é o preço de saída de um ativo no mercado em uma negociação.

2.4.3.2 Valor de mercado

De acordo com Ludícibus (1979) o valor de mercado é uma tentativa de aproximação ao preço futuro de venda de um item que seja negociado em um mercado organizado. Para Penman (2007) o valor de mercado concede à informação contábil maior utilidade para o usuário quando os dados para sua

mensuração forem plenamente observáveis no mercado perdendo esta qualidade quando houver arbitragem deste valor.

2.4.3.3 Fluxo de caixa descontado (Valor Presente)

Para Sayed (2012, p. 31) o valor presente “consiste em converter os pagamentos e/ou recebimentos futuros estimados por uma determinada taxa de juros que monte ao que seria recebido ou pago na data desejada”. Este autor descreve a fórmula básica para do fluxo de caixa descontado:

$$PV = \frac{FV1}{(1+i)^1} + \frac{FV2}{(1+i)^2} + \dots + \frac{FVn}{(1+i)^n}$$

Onde,

PV: valor presente esperado;

FV1, 2,...,3: fluxos estimado futuros associados a suas data de ocorrência;

i: Taxa de juros apropriada;

n: número de períodos

Barreto (2009) explica que o fluxo de caixa descontado ou valor presente poderá ser utilizado se for possível uma estimação razoavelmente segura dos fluxos de caixa futuros.

2.4.3.4 Valor realizável líquido

Ernest e Young e Fipecafi (2010, p. 348) definem valor realizável líquido como

O valor obtido ou que se pode obter na venda de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, líquido dos custos correspondentes. Esse valor deve considerar uma transação entre partes independentes, em condições usuais de mercado.

Para Barreto (2009) o valor realizável líquido é o preço de venda corrente reduzido dos custos e gastos necessários para realização do ativo avaliado.

2.4.3.5 Valor de Liquidação

Valor de liquidação é uma forma de mensuração onde se subentende uma negociação forçada em um ambiente em que os preços são reduzidos a certos clientes regulados ou a outras empresas com custo consideravelmente baixo nos explica Hendriksen e Van Breda (2007).

Para Barreto (2009) este método de mensuração é utilizado em casos de descontinuidade, onde existe a urgência na venda e na liquidação de ativos e passivos.

2.5 VALOR JUSTO: Noções Preliminares

Segundo Padove, Benedicto e Leite (2012) o valor justo é o montante em que um ativo ou passivo poderiam ser negociados entre partes interessadas e dispostas sem favorecimentos. Em seu turno, Ludícibus e Marion (2001, p. 91) inferem que o valor justo é a “importância pela qual um ativo poderia ser transacionado entre um comprador disposto e conhecedor do assunto e um vendedor disposto e conhecedor do assunto em uma transação sem favorecimentos”.

Nas normas internacionais de contabilidade também são encontrados conceitos para o valor justo, como a SFAS 157 emitida pelo FASB, que o definiu como “o preço que poderia ser recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado, sem favorecimentos”.

O IASB, através da IAS 39 – Instrumentos financeiros, conceitua o valor justo como: “o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas, em uma transação sem favorecimentos”. Martins (2012) relata que houve uma representativa influência do FASB sobre o IASB na conceituação do valor justo, motivando-o a adoção deste método de mensuração.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável pela emissão de normas contábeis no Brasil, visando à convergência as normas internacionais, definiu através do CPC 46 que valor justo é o “preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”.

Observa-se uma diferença semântica na definição do valor justo das normas internacionais e as emitidas pelo CPC (Comitê de pronunciamentos contábeis) nos termos “sem favorecimento” e “não forçada”, porém ambas possuem o mesmo sentido.

Segundo Lisboa e Scherer (2000) uma transação sem favorecimento é aquela em que as negociações comerciais são norteadas por questões de interesses convergentes entre os agentes de mercado. Para Ryan (2008) uma negociação não forçada se dá em um ambiente normal e habitual das atividades do mercado.

Diante destas definições observa-se a importância de um mercado sólido para precificação dos ativos e passivos mensurados a valor justo, pois este num primeiro momento significa uma atribuição de valores de mercado aos elementos patrimoniais, beneficiando investidores e executivos de acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2012).

Para Martins (2002) se o mercado não possuir as características de um mercado ativo e eficiente, a formação de preço deste mercado pode ser influenciável por vieses dos participantes da negociação, descaracterizando o valor justo. Por isso o citado autor ainda explica que nas condições de um mercado não ativo, deve ser utilizado o valor presente de fluxos de caixa futuros, determinando o valor justo através de uma estimativa.

No entanto, a previsão de fluxos de caixa futuros e a definição quanto à taxa de desconto a valor presente, tendo por base dados internos de cada empresa, além da questão da subjetividade, traz para o valor justo uma perda de comparabilidade. Mercado ativo ou principal é aquele em que a empresa negociaria um ativo ou transferiria um passivo com maior volume e nível de negócio, de acordo com Ernest & Young e Fepecafi (2010).

De acordo com Iudícibus e Martins (2007), o valor justo possui uma dimensão mais ampla além do valor de mercado, pois na ausência de dados observáveis no mercado, são utilizados modelos matemáticos de estimativa deste valor.

Ernest *et. al.* (2010) relatam ainda que a subjetividade é inerente ao processo de mensuração, que busca evidenciar a realidade econômica dos elementos patrimoniais, visto que as avaliações a valor justo, em alguns casos, não são provenientes de transações reais. Isto também é afirmado por Padoveze *et al.* (2012, p. 234) quando dizem que “a subjetividade é parte integrante do processo de

avaliação e mensuração do valor justo (valor econômico), pois as preferências pessoais dos agentes negociadores podem influenciar a sua determinação”.

Os diversos órgãos internacionais e o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) no Brasil conceituaram o valor justo, onde entre elas podem-se observar diferenças semânticas, porém todas elas são unânimes no sentido de que este critério evidencia um valor observável no mercado, aceito entre agentes de negociação (compradores e vendedores).

Diante dos conceitos encontrados na literatura e nas normas contábeis, adotamos para este trabalho o conceito definido pelo comitê de pronunciamentos contábeis através do CPC 46.

2.5.1 Hierarquia do Valor justo

De acordo com o pronunciamento CPC 46 (2013) no parágrafo 72,

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, este Pronunciamento estabelece uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível 1) e a mais baixa prioridade a dados não observáveis (informações de Nível 3).

Ernest *et. al.* (2010) explicam que a disponibilização de dados relevantes e a confiabilidade apresentada por estes níveis hierárquicos influenciam a escolha da técnica apropriada para mensuração a ser utilizada, no entanto, são priorizados os dados e não as técnicas em si.

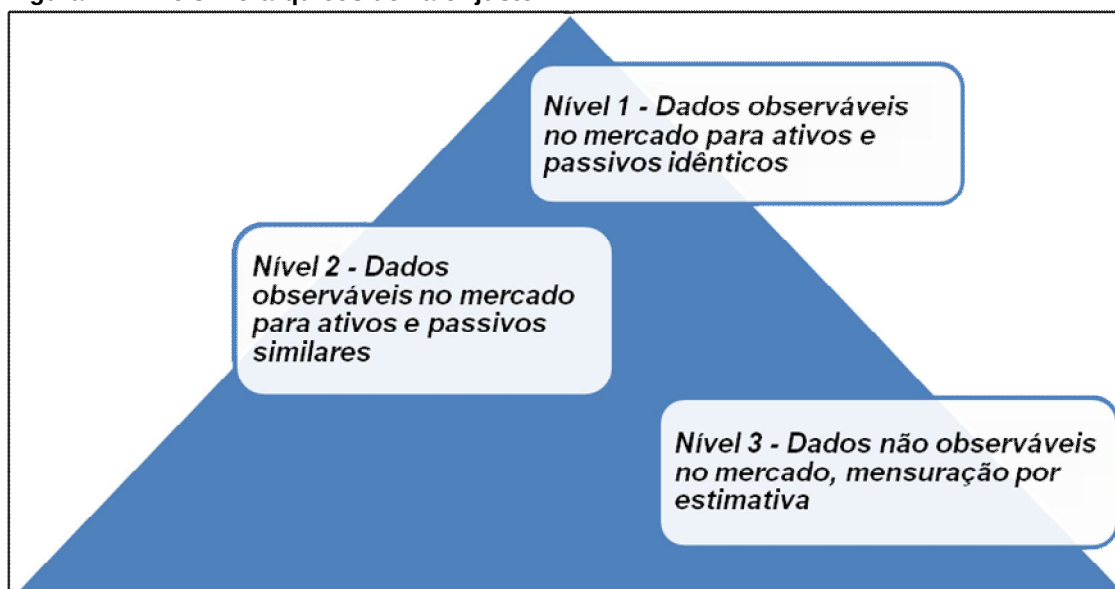
Song *et. al.* (2010) realizaram uma pesquisa utilizando 522 demonstrações contábeis trimestrais de bancos norte-americanos e apontaram que os instrumentos financeiros aos valores justos nível 1 e 2 são mais relevantes que aqueles apurados por técnicas de precificação classificados no nível 3. Segundo o CPC 46 (2013) no parágrafo 75,

Se um dado observável exigisse um ajuste que utilizasse um dado não observável e esse ajuste resultasse na mensuração do valor justo significativamente mais alta ou mais baixa, a mensuração resultante seria classificada no Nível 3 da hierarquia de valor justo. Por exemplo, se um participante do mercado levasse em conta o efeito de restrição sobre a venda de ativo ao estimar o preço do ativo, a entidade ajustaria o preço

cotado para refletir o efeito dessa restrição. Se esse preço cotado fosse uma informação de Nível 2 e o ajuste fosse um dado não observável significativo para a mensuração como um todo, a mensuração seria classificada no Nível 3 da hierarquia de valor justo.

Os níveis da hierarquia do valor justo são demonstrados na Figura 2 abaixo:

Figura 2 – Níveis hierárquicos do valor justo



Fonte: elaborado pelo autor (2013).

O quadro 3 demonstra uma definição mais ampla para cada nível de hierarquia do valor justo, conforme esta previsto no pronunciamento CPC 46 (2013):

Quadro 3 - Níveis hierárquicos do valor justo

Hierarquia do valor justo	Definição
Nível 1	Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Preço cotado em mercado ativo oferece a evidência mais confiável do valor justo.
Nível 2	Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados no Nível 1. Informações de Nível 2 incluem o seguinte: (a) Preços cotados para ativos e passivos similares em mercados ativos; (b) Preços cotado para ativos e passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos; (c) informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo.
Nível 3	Informações (<i>inputs</i>) de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para ativo ou passivo na data de mensuração.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

2.5.2 Critérios de mensuração a valor justo

De acordo com Padoveze *et. al.* (2012), os principais critérios de mensuração do valor justo, com base nas normas brasileiras são: Valor de mercado, valor de mercado de similares, custo de reposição e fluxo de caixa descontado.

A utilização desses critérios de mensuração a valor justo deve ser realizada pelas entidades através de dados suficientemente disponíveis, onde se busque o maior uso por dados observáveis relevantes e a minimização do uso de dados não observáveis, conforme descreve o CPC 46 (2013).

Ainda segundo esta mesma norma, a finalidade do uso de um critério para se determinar o valor justo é uma estimativa de um preço que seria praticado em uma negociação não forçada para venda do ativo ou transferência do passivo, ocorrida entre participantes do mercado, em uma data de mensuração.

Segundo Ernest *et. al.* (2010) para determinação do valor justo, os critérios de mensuração utilizados atendem a três abordagens básicas: Abordagem de mercado, abordagem de custo e abordagem da receita ou do lucro futuro. Conforme Ernest *et. al.* (2010, p.28) estas abordagens são definidas como demonstrado no quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - Abordagens de determinação do valor justo

Abordagem	Conceito
De mercado	“Utiliza preços observáveis e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos ou passivos comparáveis. É uma abordagem de preço de venda”.
Do custo	“uma precificação baseada no valor que seria atualmente necessário para repor a capacidade de serviço do ativo em uso, considerando-se sua utilidade e obsolescência”. “Esse método é conhecido como custo de reposição”.
Da receita ou do lucro futuro	“É estimado com base nos lucros futuros estimados e descontados a valor presente, utilizando uma taxa de juros ajustada ao risco da empresa”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

O CPC 46 (2013) destaca que os critérios de mensuração do valor justo devem ser aplicados de maneira consistente, porém as mudanças de critério ou na

aplicação são oportunas quando resultarem numa avaliação igual ou mais representativa do valor justo na circunstância atual.

A norma ainda explica que estas mudanças devem ocorrer quando: “novos mercados surgirem; novas informações se tornarem disponíveis, informações utilizadas anteriormente não mais estiverem disponíveis; houver uma melhora nas técnicas de avaliação; ou houver mudanças nas condições de mercado”.

O CPC 46 (2013) explica ainda que a abordagem de mercado se utiliza de preços e informações relevantes identificados no mercado tanto para ativos e passivos idênticos quanto para elementos patrimoniais similares ou comparáveis. A norma continua explicando sobre a abordagem de mercado que,

Técnicas de avaliação consistentes com a abordagem de mercado incluem a precificação por matriz. Precificação por matriz é uma técnica matemática utilizada principalmente para avaliar alguns tipos de instrumentos financeiros, tais como títulos de dívida, sem se basear exclusivamente em preços cotados para os títulos específicos, mas sim se baseando na relação dos títulos com outros títulos cotados de referência.

Segundo o CPC 46 (2013) a abordagem de receita ou do lucro futuro se utiliza de técnicas que refletem a expectativa futura do mercado com relação aos ativos e passivos. A norma exemplifica descrevendo

Essas técnicas de avaliação incluem, por exemplo:

- Técnicas de valor presente;
- Modelos de precificação de opções, como a fórmula Black-Scholes-Merton ou modelo binomial (ou seja, um modelo de árvore), que incorporem técnicas de valor presente;
- O método de ganhos excedentes em múltiplos períodos, que é utilizado para mensurar o valor justo de alguns ativos intangíveis.

A técnica melhor e mais utilizada para determinação do valor justo no âmbito do critério da abordagem de receita é a do valor presente líquido que significa descontar o valor dos fluxos de caixa futuros a uma taxa de juros predefinida de forma a evidenciar estes fluxos futuros a valores de hoje, assim nos relata Padoveze *et. al.* (2012).

Estes autores ainda explicam que o valor presente líquido serve de base para tomada de decisões, como a de realização de investimentos, onde na hipótese de que o valor atual dos fluxos futuros seja maior ou igual ao valor atual de um investimento, este deverá ser aceito.

2.5.3 O valor justo no contexto da convergência às normas internacionais

Para Hussey e Ong (2005) convergência contábil é um processo que visa desfazer as atuais diferenças entre as normas nacionais, prevenindo futuras distinções, para alcançar a harmonização contábil. Para Haider (2005) os investidores buscam mercados nos quais eles conhecem e confiam e por isso os países que vem adotando as normas contábeis internacionais passam a ter mais vantagem sobre outros países.

Segundo Lima *et al.* (2010) as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB dão às empresas a possibilidade de utilização de modelos que envolvam julgamentos no processo de mensuração baseados em informações privadas na busca de que se prevaleça a essência econômica sobre a forma legal.

Neste contexto, o valor justo vem ganhando espaço nas normas internacionais, os principais órgãos normativos, como o IASB e FASB tem emitido normas que prevêm a mensuração a valor de justo de alguns ativos e passivos segundo Filho, Machado e Machado (2012), de acordo com Lustosa (2010) o FASB já emitiu mais de 60 pronunciamentos contendo o termo *Fair value*.

2.5.4 Discussão sobre vantagens e críticas ao valor justo

Bleck e Liu (2007) defendem o valor justo em seu trabalho relatando que o valor de mercado proporciona aos investidores um mecanismo de alerta, enquanto que o custo histórico pode encobrir o verdadeiro desempenho econômico da entidade.

Para Choy (2006) a mensuração a valor justo possui duas vantagens principais: o aumento da relevância e a correta representação da situação econômica da empresa. O mesmo autor explica ainda que para que a informação seja relevante, a mensuração a valor justo deve refletir a utilidade aos investidores na avaliação da empresa e suas alterações nos preços das ações.

Estas afirmações são corroboradas por Evans, Hodder e Hopkins (2010) que em suas pesquisas evidenciam que o valor justo tem a capacidade de predição de

receitas que seriam realizadas no futuro, aumentando o seu vínculo com o valor de mercado da empresa.

Em seus estudos Bath (1994) examinou o uso da mensuração a valor justo e o custo histórico em títulos patrimoniais de instituições financeiras, aplicando uma pesquisa sobre a relevância destes no preço de mercado, concluindo que o valor justo atribui maior relevância às informações.

De acordo com Poon (2004) o objetivo do valor justo é apresentar informações contábeis mais próximas possíveis da realidade econômica aos seus usuários, evidenciando informações atualizadas com relação às expectativas do mercado. Em contraponto Dowling e Godfrey (2001) defendem que a mensuração a valor justo causa o aumento de volatilidade, manipulação e subjetividade aos resultados das empresas.

Comentam Herbohn e Herbohn (2006) que os resultados não realizados provindos da aplicação do valor justo requerem prudência na utilização deste critério, devido ao aumento da volatilidade nas informações proporcionando enganos aos usuários da informação.

Outra crítica ao uso do critério de mensuração a valor justo é sobre a confiabilidade que o mesmo proporciona às informações contábeis. Segundo Laux e Leuz (2010) a confiabilidade da informação contábil está baseada na prestação de informações livre de erros e de vieses, diante disto a aplicação do valor justo para elementos patrimoniais sem mercado ativo refletem premissas e julgamentos, contidos nas técnicas de estimativas e de elementos similares.

Diante desta discussão, entende-se que a mensuração a valor justo é um critério que visa atualizar os valores de elementos patrimoniais e o reconhecimento de resultados, proporcionando maior relevância às informações contábeis. Entretanto, os critérios utilizados para determinar o valor justo podem gerar informações subjetivas e não livres de vieses, pois as alternativas de mensuração, quando não encontrado valor de mercado, são cálculos de estimativas baseados em dados internos trazendo perda na confiabilidade das informações contábeis.

Para que o critério de mensuração a valor justo seja aderente aos objetivos da contabilidade de prestar informações úteis a seus usuário é necessário que a utilização de métodos seja baseada em dados verificáveis no mercado para elementos patrimoniais idênticos, na sua falta, similar, apesar de uma relativa perda

na confiabilidade e em último caso cálculos de estimativas consagrados no mercado e permitidos pelas normas contábeis, mesmo sendo estes pouco aderentes aos objetivos da contabilidade.

2.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Definições

Para Marques *et al* (2012), os instrumentos financeiros fazem parte de um mercado que funciona como um mecanismo que compreende os agentes e os instrumentos destinados a oferecer opções de captação e aplicação de recursos.

Conforme pronunciamento do CPC 39, um instrumento financeiro pode ser definido como “qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade”.

Este pronunciamento conceitua os termos contidos na definição de instrumentos financeiros, são eles: Ativo financeiro, passivo financeiro, instrumento patrimonial, sendo assim, de acordo com o CPC 39:

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: Caixa; Título patrimonial de outra empresa; Direito contratual de: a) receber caixa ou outro ativo financeiro de outra empresa; b) trocar ativos ou passivos financeiros com outra empresa sob condições potencialmente desfavoráveis para a empresa. Enquanto que, passivo financeiro é qualquer passivo que seja obrigação contratual de: Entregar caixa ou outro ativo financeiro para outra empresa; Trocar ativos ou passivos financeiros com outra empresa sob condições potencialmente desfavoráveis para a empresa. Instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Segundo Padoveze *et. al.* (2012), os instrumentos financeiros são utilizados para negociação ou proteção, ou seja, são títulos de especulação, aplicação ou captação e *hedge*.

2.6.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Para Padoveze *et. al.* (2012), os instrumentos financeiros podem ser classificados segundo a sua natureza como: primários e derivativos. Estes autores ainda explicam que os instrumentos financeiros primários são aqueles que originam ativos financeiros, como recebíveis e pagáveis, enquanto os derivativos são contratos de alteração de valor em virtude as mudanças de indexadores.

O CPC 38 define em quatro categorias de classificação os instrumentos financeiros primários que são avaliados a valor justo, são eles:

Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é um ativo financeiro ou passivo financeiro que satisfaz qualquer das seguintes condições:

a) é classificado como mantido para negociação se for:

i) Adquirido ou incorrido principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto;

ii) No reconhecimento inicial é parte de carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo; ou

iii) Derivativo

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Para Lima e Lopes (1999, p.13) *apud* Padoveze *et. al.* (2012, p. 376) “os instrumentos financeiros considerados como derivativos derivam ou dependem do valor de outro ativo e caracterizam-se, normalmente, como contratos padronizados, negociados entre partes em mercados secundários”. No Quadro 5 abaixo demonstramos, conforme Padoveze *et. al.* (2012, p. 377), como podem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos:

Quadro 5 - Classificação dos instrumentos financeiros derivativos (Continua)

Classificação	Definição
Contratos a termo (<i>forward</i>)	“são contratos que visam reduzir as incertezas sobre os preços futuros das diversas mercadorias negociadas. Tais contratos também visam à proteção dos passivos de uma empresa de variações cambiais”.
Contratos a futuro	“são compromissos assumidos de compra e venda de um determinado ativo em uma data futura, por um preço previamente estabelecido”.

Quadro 5 - Classificação dos instrumentos financeiros derivativos (Conclusão)

Classificação	Definição
Opções de compra (<i>call</i>) e opções de venda (<i>put</i>)	“envolvem o pagamento de um prêmio para aquisição do contrato no mercado de opções. As opções de compra e de venda são contratos que conferem ao comprador (titular) o direito de comprar ou vender o ativo objeto do contrato. Nas opções de compra o titular tem o direito de comprar e o lançador [...] a obrigação de vender o ativo objeto do contrato em uma data e por um preço determinado. Já nas opções de venda o titular tem o direito de vender em certa data um ativo e o lançador a obrigação de comprar”.
Contratos de <i>swaps</i>	“a palavra <i>swap</i> significa “troca”. Os contratos de swaps objetivam a troca de resultados financeiros decorrente da aplicação de taxas ou índices sobre ativos ou passivos utilizados como referenciais, tais como: <i>taxas de câmbio</i> , <i>taxas de juros e outros</i> ”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

2.6.2 Mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração

De acordo com o CPC 38 em seu parágrafo 43 quando um instrumento financeiro é reconhecido à entidade deve o mensurar a valor justo mais os custos de transação se este não for classificado como valor justo por meio do resultado.

Ainda conforme este pronunciamento no parágrafo 44 quando a contabilização de um ativo financeiro for realizada pela data de liquidação o reconhecimento inicial deverá ser pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado.

No parágrafo 46 a entidade deve mensurar pelo valor justo todos ativos financeiros, incluindo os derivativos que são ativos, após o reconhecimento inicial, sem a dedução de custos de transação. De acordo com o CPC 38 no parágrafo 47

Após o reconhecimento inicial, a entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, exceto no caso de:

- (a) passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.
- (b) passivos financeiros que surjam quando uma transferência de ativo financeiro não se qualifica para desreconhecimento ou quando se aplica a abordagem do envolvimento continuado.
- (c) os contratos de garantia financeira.

Conforme descrito no parágrafo 48A deste pronunciamento a melhor forma de evidenciação do valor justo é através da existência de preços contados em mercado ativo. Este parágrafo ainda comenta que no caso da não existência de um mercado ativo para o instrumento financeiro deve ser utilizada uma técnica de avaliação para definição do valor do mesmo.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia de pesquisa

A metodologia utilizada na presente pesquisa se caracteriza, quanto aos seus objetivos como descritiva, que de acordo com Almeida (2011) tem como finalidade realizar a descrição de um objeto de estudo, as suas características e problemas envolvidos, buscando apresentar os fatos e fenômenos da maneira mais precisa possível, assim temos a busca da descrição dos métodos de mensuração a valor justo e qual destes é mais aderente aos objetivos da contabilidade.

Para obter as informações necessárias para execução deste projeto foi utilizada tanto uma pesquisa bibliográfica, como também foi realizada uma pesquisa documental procedendo a uma coleta das demonstrações contábeis de Instituições bancárias disponibilizadas no sítio eletrônico da Bolsa de valores de São Paulo (BM&F Bovespa) dos anos de 2011 e 2012. A abordagem desta pesquisa tem o caráter qualitativo, pois buscou interpretar e analisar conceitualmente os dados como nos explica Almeida (2011).

3.2 Procedimentos metodológicos

O espaço amostral da presente pesquisa é composto por 23 bancos listados na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa) onde foram coletadas as demonstrações contábeis dos exercícios de 2011 e 2012.

Com base na coleta de dados foi realizada uma observação nas notas explicativas dos bancos, isto para identificar a aplicação do valor justo, verificando quais ativos foram mensurados por este critério e quais os métodos utilizados para definição desta mensuração. A partir daí levantamos os principais métodos que foram utilizados e quais atendem melhor ao objetivo informativo das demonstrações contábeis.

Para avaliar os métodos de mensuração a valor justo aplicados nas demonstrações contábeis dos bancos em análise, quanto a sua aderência ao objetivo da contabilidade, foi realizada uma abordagem teórica visando uma definição quanto ao nível dos diferentes métodos de mensuração a valor justo com

relação à prestação de uma informação contábil relevante e confiável e para tanto se estabeleceu uma escala com os seguintes níveis: 1. Altamente aderente aos objetivos da contabilidade; 2. Relativamente aderente aos objetivos da contabilidade; 3. Pouco aderente aos objetivos da contabilidade.

Esta escala foi estruturada com base nos níveis da hierarquia do valor justo descritos no CPC 46, onde o primeiro nível representa o critério utilizado com base em informações verificáveis no mercado de instrumentos financeiros idênticos e nas melhores condições de uso, sendo esta mais relevante e confiável com menor influência subjetiva nas informações apresentadas.

O segundo nível classifica o critério baseado em informações observáveis no mercado ativo, porém com instrumentos financeiros similares, diminuindo o grau de relevância e confiabilidade nas informações, por este mercado não tratar diretamente da natureza do ativo em evidência, enquanto que o terceiro nível definirá o critério com maior teor de subjetivismo na mensuração dos instrumentos financeiros, por não se encontrar dados observáveis em mercados ativos, fazendo-se do uso de cálculos estatísticos e financeiros como o a técnica do fluxo de caixa futuro descontado (valor presente).

Utilizou-se a estatística descritiva, para estabelecer, percentualmente, as opções das Instituições bancárias pelos critérios disponíveis para mensuração com base no valor justo; a participação de instrumentos financeiros mensurados por valor justo, em relação ao total mensurado e o cálculo das médias dos percentuais do uso dos critérios de mensuração e os seus desvios-padrão.

A aderência dos métodos ao objetivo informativo da contabilidade foi exposta pela escala anteriormente comentada. A estatística descritiva serviu para informar qual a média percentual de aderência das alternativas de mensuração em relação à escala estabelecida.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção tem como objetivo apresentar e analisar os resultados obtidos a partir da pesquisa documental realizada através das notas explicativas das 23 instituições bancárias listadas na bolsa de valores de São Paulo (BM&F Bovespa) dos exercícios de 2011 e 2012, a fim de verificar e classificar os critérios utilizados para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros.

Para tanto esta análise é subdividida em quatro partes: a primeira descreve detalhadamente as instituições bancárias utilizadas na pesquisa, assim como os critérios utilizados para mensuração do valor justo dos seus instrumentos financeiros; na segunda, é realizada a identificação e comparação dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) e os seus montantes mensurados a valor justo.

Na terceira, são apresentados os percentuais de participação de cada critério de mensuração a valor justo por instituição bancária, procedendo ao cálculo das médias destes percentuais e as suas dispersões para que se evidencie o nível de aplicação destes nos exercícios em estudo.

Por fim, na quarta; procedemos a uma classificação dos critérios de mensuração a valor justo, verificadas nas notas explicativas das instituições bancárias em estudo, quanto aos níveis de aderência aos objetivos da contabilidade, identificando para cada nível as médias e dispersões da parte anterior.

4.1 Instituições bancárias e os critérios de mensuração a valor justo

Das 23 instituições bancárias analisadas nesta pesquisa, 16 evidenciaram os critérios utilizados para mensuração a valor justo dos seus instrumentos financeiros, representando 70% do espaço amostral, 7 não evidenciaram nenhum critério utilizado, porém nas suas notas explicativas mencionam a mensuração a valor justo quando se faz a descrição das políticas contábeis adotadas, estes representam 30% do espaço amostral.

O quadro 6 apresenta a lista das instituições bancárias utilizadas nesta pesquisa.

Quadro 6 - Listagem das instituições bancárias listadas na BM&F Bovespa

Nº	Instituições Bancárias
1	ABC Brasil S.A
2	Alfa Holding S.A
3	Banco da Amazônia
4	Banco da Patagônia
5	Banco do Brasil S.A
6	Banco Paraná
7	Banco Pine
8	Banco Sofisa
9	Banco do Est. De Sergipe - Banese
10	Banco do Est. Do Espírito Santo - Banestes
11	Banco Est. Do Pará - Banpara
12	Banco Est. Do Rio Grande do Sul - Barisul
13	BicBanco
14	Banco do Nordeste do Brasil
15	Bradesco S.A
16	Brb Brasília S.A
17	BTG Pactual S.A
18	Daycoval
19	Indusval & Partner S.A
20	Itau Holding S.A
21	Mercantil Br S.A
22	Panamericano
23	Santander S.A

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Conforme descrito na fundamentação teórica na seção 2.3.3, os critérios de mensuração a valor justo são divididos em três abordagens básicas, são elas: Mercado, custo e receita ou lucro futuro. Tendo observado as notas explicativas das instituições bancárias descritas acima se verifica que foram utilizadas apenas as abordagens de mercado e receita ou lucro futuro.

Dentro da abordagem de mercado verificada, temos os critérios de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos e similares relativos aos níveis 1 e 2

da hierarquia do valor justo, enquanto que na abordagem de receita ou lucro futuro temos os cálculos estatísticos financeiros de estimativa que utilizam dados internos das instituições, não observadas no mercado, entre eles podemos citar o Fluxo de caixa futuro descontado e o Black-Scholes, estes estão relacionados ao nível 3 da hierarquia do valor justo.

A Tabela 1 apresenta o montante dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo no exercício de 2011 subdividido pelos critérios utilizados que se soma em R\$ 673.052.486.000,00 dos quais foram mensurados R\$ 396.000.818.000,00 pelo critério do valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos, representando 59% do total mensurado.

O total mensurado pelo critério do valor de mercado de instrumentos financeiros similares é de R\$ 243.201.945.000,00 representando um percentual de 36% do total mensurado, enquanto que os critérios de mensuração realizados através de cálculos estatísticos financeiros de estimativa somam R\$ 33.849.723.000,00 representando 5% do total mensurado.

Tabela 1 – Critérios de mensuração a valor justo por instituição bancária exercício 2011(em milhares de reais).

Bancos / Critérios	Valor de mercado de Instrumentos financeiros idênticos (Nível 1)	Valor de mercado de Instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo (Nível 3)	TOTAL POR INSTITUIÇÃO
ABC Brasil S.A	849.884,00	1.268.016,00	0,00	2.117.900,00
Alfa Holding S.A	924.435,00	104.137,00	0,00	1.028.572,00
Banco da Patagônia	803.330,00	56,00	0,00	803.386,00
Banco do Brasil S.A	106.304.806,00	70.976.515,00	1.601.068,00	178.882.389,00
Banco Pine	4.508.514,00	688.703,00	0,00	5.197.217,00
Banco Sofisa	597.837,00	243.750,00	0,00	841.587,00
Banestes	251.000,00	149.486,00	0,00	400.486,00
BicBanco	1.308.506,00	2.075.147,00	0,00	3.383.653,00
Bradesco S.A	112.829.671,00	1.694.618,00	28.068.396,00	142.592.685,00
Brb Brasília S.A	1.499.933,00	36.583,00	0,00	1.536.516,00
BTG Pactual S.A	41.376.799,00	21.620.111,00	689.012,00	63.685.922,00
Indusval & Partner S.A	555.055,00	208.877,00	247,00	764.179,00
Itau Holding S.A	121.046.000,00	63.364.000,00	3.491.000,00	187.901.000,00
Mercantil Br S.A	306.442,00	107.444,00	0,00	413.886,00
Panamericano	1.069.348,00	2.094.628,00	0,00	3.163.976,00
Santander S.A	1.769.258,00	78.569.874,00	0,00	80.339.132,00
Total Geral	396.000.818,00	243.201.945,00	33.849.723,00	673.052.486,00
% Participação	59%	36%	5%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A Tabela 2 demonstra o montante dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo no exercício de 2012, subdivididos pelos critérios utilizados para esta mensuração que se soma em R\$ 860.495.876.000,00 dos quais 567.377.049.000,00 foram mensurados pelo critério do valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos, representando 66% do total mensurado.

O total mensurado pelo critério do valor de mercado de instrumentos financeiros similares é de R\$ 247.876.770.000,00 representando um percentual de 29% do total mensurado, enquanto que os critérios de mensuração realizados através de cálculos estatísticos financeiros de estimativa somam R\$ 45.242.057.000,00 representando 5% do total mensurado.

Tabela 2 – Critérios de mensuração a valor justo por instituição bancária exercício 2012(em milhares de reais).

Bancos \ Critérios	Valor de mercado de Instrumentos financeiros idênticos (Nível 1)	Valor de mercado de Instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo (Nível 3)	Total por Instituição Bancária
ABC Brasil S.A	885.739,00	1.649.970,00	0,00	2.535.709,00
Alfa Holding S.A	952.674,00	647.104,00	0,00	1.599.778,00
Banco da Patagônia	507.820,00	21.672,00	0,00	529.492,00
Banco do Brasil S.A	110.188.963,00	86.449.640,00	1.030.735,00	197.669.338,00
Banco Pine	3.412.433,00	956.858,00	0,00	4.369.291,00
Banco Sofisa	407.858,00	205.905,00	0,00	613.763,00
Banestes	288.026,00	404.602,00	0,00	692.628,00
BicBanco	1.606.345,00	3.708.492,00	0,00	5.314.837,00
Bradesco S.A	153.260.299,00	6.980.545,00	37.209.553,00	197.450.397,00
Brb Brasília S.A	1.253.441,00	80.675,00	0,00	1.334.116,00
BTG Pactual S.A	58.617.537,00	38.585.503,00	3.494.594,00	100.697.634,00
Indusval & Partner S.A	229.176,00	338.068,00	318,00	567.562,00
Itau Holding S.A	166.922.000,00	90.000.000,00	2.991.000,00	259.913.000,00
Mercantil Br S.A	334.846,00	59.611,00	0,00	394.457,00
Panamericano	1.526.625,00	2.482.598,00	0,00	4.009.223,00
Santander S.A	66.983.267,00	15.305.527,00	515.857,00	82.804.651,00
Total Geral	567.377.049,00	247.876.770,00	45.242.057,00	860.495.876,00
% Participação	66%	29%	5%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Diante destas informações pode-se observar um crescimento de 27,85% no montante dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo de 2011 para 2012 (de R\$673.052.486.000,00 para R\$ 860.495.876.000,00), assim como também nos

montantes de cada critério de mensuração a valor justo, no montante mensurado através do valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos houve um crescimento de 43,28% de 2011 neste mesmo período.

Com relação ao critério de valor de mercado de instrumentos financeiros similares houve um pequeno crescimento de 1,92%; enquanto que os critérios de cálculos estatísticos financeiros de estimativa obtiveram um aumento de 33,66% no mesmo período.

A Figura 3 apresenta um ranking do total dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por instituições bancárias no ano de 2011, onde se destacam cinco instituições com maior volume de mensuração, são elas: Itaú Holding S.A (R\$ 187.901.000.000,00; 27,92%); Banco do Brasil S.A (R\$ 178.882.389.000,00; 26,58%); Bradesco S.A (R\$ 142.592.685.000,00; 21,19%); Banco Santander S.A (R\$ 80.339.132.000,00; 11,94%) e Banco BTG Pactual S.A (R\$ 63.685.922.000,00; 9,46%).

Figura 3 - Ranking do total mensurado a valor justo por instituição bancária exercício de 2011



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A Figura 4 apresenta um ranking do total dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por instituição bancária no ano de 2012, onde as mesmas cinco instituições continuaram a serem as de maior montante mensurado, porém o Banco BTG Pactual ultrapassou o Banco Santander neste período, a saber: Itaú Holding S.A (R\$ 259.913.000.000,00; 30,21%); Banco do Brasil S.A (R\$197.669.338.000,00; 22,97%); Bradesco S.A (R\$ 197.450.397.000,00; 22,95%);

Banco BTG Pactual S.A (R\$ 100.697.634.000,00; 11,70%) e Banco Santander S.A (R\$ R\$82.804.651.000,00; 9,62%).

Figura 4 Ranking do total mensurado a valor justo por instituição bancária exercício de 2012



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

4.2 Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Com base na classificação dos instrumentos financeiros, descrita pelo pronunciamento CPC 38, citada na fundamentação teórica deste trabalho no tópico 2.6.1, foi coletado das notas explicativas das instituições bancárias em estudo os montantes de cada tipo de instrumento financeiro, tanto ativo quanto passivo, dos exercícios de 2011 e 2012.

4.2.1 Ativos financeiros

Na tabela 3 evidenciam-se os ativos financeiros das instituições bancárias do exercício de 2011 com seus respectivos valores subdivididos pelos critérios de mensuração a valor justo.

Tabela 3 – Montante dos ativos financeiros por critérios de mensuração – 2011 (em milhares de reais)

ATIVOS FINANCEIROS	Valor de mercado de Instrumentos financeiros idênticos (Nível 1)	Valor de mercado de Instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo (Nível 3)	TOTAL
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	749.373,00	8.411.729,00	0,00	9.161.102,00
Investimentos mantidos até o vencimento	378.952,00	33.316,00	0,00	412.268,00
Empréstimos e Recebíveis	0,00	21.186.999,00	0,00	21.186.999,00
Ativos disponíveis para venda	121.523.133,00	95.998.226,00	9.497.921,00	227.019.280,00
Ativos disponíveis para negociação	256.490.844,00	79.056.893,00	22.630.766,00	358.178.503,00
Derivativos	2.107.942,00	11.846.740,00	990.570,00	14.945.252,00
TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIRO ATIVOS	381.250.244,00	216.533.903,00	33.119.257,00	630.903.404,00

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Com base na tabela 3, a Figura 5 demonstra os tipos de ativos financeiros evidenciados pelas instituições bancárias no exercício de 2011 e os seus respectivos percentuais com relação ao total destes ativos financeiros, onde temos que os ativos disponíveis para negociação representam 56,77%; os ativos disponíveis para venda representam 35,98%; Empréstimos e recebíveis representam 3,36%; os derivativos representam 2,37%, os investimentos mantidos até o vencimento e os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado representam respectivamente 0,07% e 1,45%.

Figura 5 – Ativos financeiros mensurados a valor justo 2011



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Na tabela 4 a seguir, apresenta os ativos financeiros das instituições bancárias do exercício de 2012 com seus respectivos valores subdivididos pelos critérios de mensuração a valor justo.

Tabela 4 - Montante dos ativos financeiros por critérios de mensuração – 2012 (em milhares de reais)

ATIVOS FINANCEIROS	Valor de mercado de Instrumentos financeiros idênticos (Nível 1)	Valor de mercado de Instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo (Nível 3)	TOTAL
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	768.938,00	6.873.032,00	379.580,00	8.021.550,00
Investimentos mantidos até o vencimento	414.291,00	34.200,00	0,00	448.491,00
Empréstimos e Recebíveis	0,00	20.717.105,00	0,00	20.717.105,00
Ativos disponíveis para venda	215.008.039,00	93.755.212,00	10.590.238,00	319.353.489,00
Ativos disponíveis para negociação	324.565.103,00	73.244.870,00	32.325.808,00	430.135.781,00
Derivativos (ativos)	5.720.176,00	20.671.130,00	1.109.097,00	27.500.403,00
TOTAL DE INST. FINANCEIROS ATIVOS	546.476.547,00	215.295.549,00	44.404.723,00	806.176.819,00

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Com base nos dados da tabela 4, a Figura 6 apresenta os tipos de ativos financeiros evidenciados pelas instituições bancárias no exercício de 2012 e os seus

percentuais com relação ao total dos ativos financeiros, onde temos que os ativos disponíveis para negociação representam 53,36%; os ativos disponíveis para venda representam 39,61%; os derivativos representam 3,41%; Empréstimos e recebíveis representam 2,57%; os investimentos mantidos até o vencimento e os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado representam respectivamente 0,06% e 1,00%.

Figura 6 – Ativos financeiros mensurados a valor justo – 2012



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Diante das análises realizadas dos ativos financeiros mensurados a valor justo dos exercícios de 2011 e 2012 destaca-se um maior percentual de ativos disponíveis para negociação (56,77% e 53,36% respectivamente) e ativos disponíveis para venda (35,98% e 39,61% respectivamente).

De acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2012) ativos e passivos disponíveis para negociação são aqueles em que as entidades os possuem com o objetivo de venda ou compra no curto prazo, enquanto que os ativos e passivos disponíveis para venda são mantidos pela entidade com a finalidade de os negociar antes dos seus vencimentos.

4.2.2 Passivos financeiros

A Tabela 5 abaixo apresenta os passivos financeiros das instituições bancárias do exercício de 2011 com seus respectivos valores subdivididos pelos critérios de mensuração a valor justo.

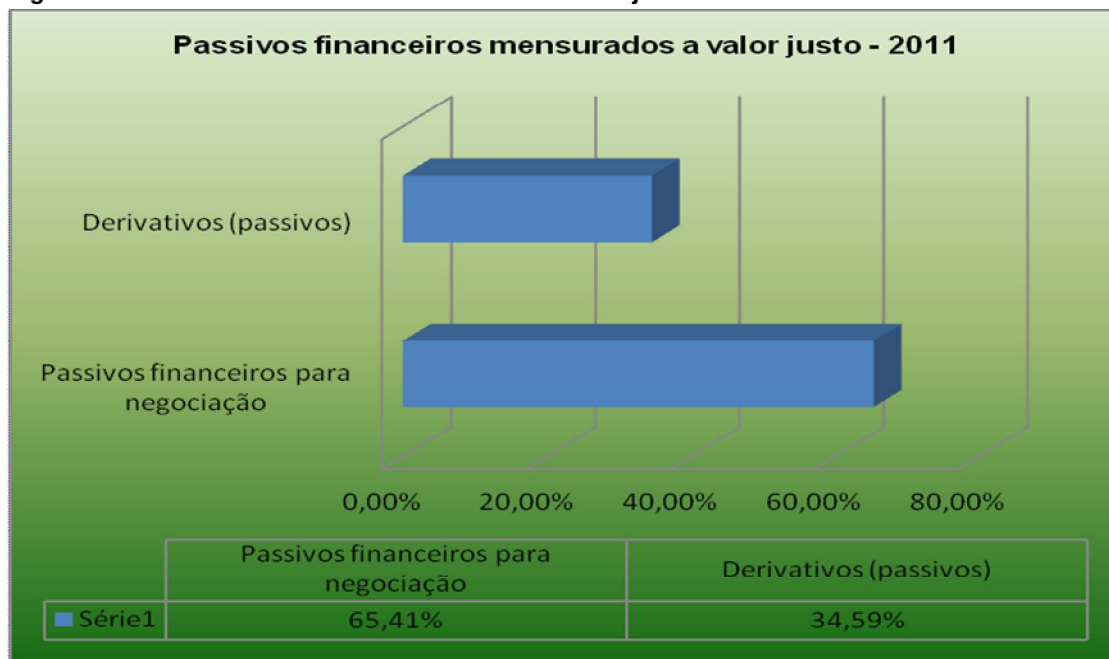
Tabela 5 - Montante dos passivos financeiros por critérios de mensuração – 2011(em milhares de reais)

PASSIVOS FINANCEIROS	Valor de mercado de Instrumentos financeiros idênticos (Nível 1)	Valor de mercado de Instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo (Nível 3)	TOTAL
Passivos financeiros para negociação	12.642.562,00	14.926.954,00	0,00	27.569.516,00
Derivativos (passivos)	2.108.012,00	11.741.088,00	730.466,00	14.579.566,00
TOTAL DE INST. FINANC. PASSIVOS	14.750.574,00	26.668.042,00	730.466,00	42.149.082,00

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

De acordo com os dados apresentados na tabela 5, a figura 7 demonstra os tipos de passivos financeiros evidenciados pelas instituições bancárias no exercício de 2011 e os percentuais de cada um deles com relação ao total mensurado a valor justo, onde se observa que os passivos financeiros para negociação representam 65,41% e os passivos derivativos 34,59%.

Figura 7 – Passivos financeiros mensurados a valor justo



Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A Tabela 6 abaixo apresenta os passivos financeiros das instituições bancárias do exercício de 2012 com seus respectivos valores subdivididos pelos seus respectivos valores subdivididos pelos os critérios de mensuração a valor justo.

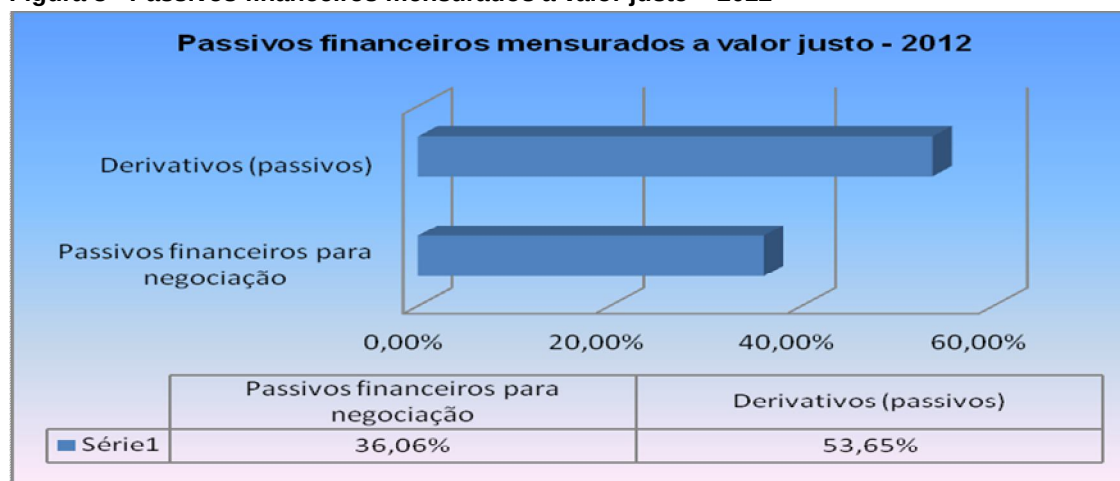
Tabela 6 - Montante dos passivos financeiros por critérios de mensuração – 2012 (em milhares de reais)

PASSIVOS FINANCEIROS	Valor de mercado de Instrumentos financeiros idênticos (Nível 1)	Valor de mercado de Instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo (Nível 3)	TOTAL
Passivos financeiros para negociação	14.834.223,00	10.339.242,00	4.136,00	19.588.323,00
Derivativos (passivos)	6.066.279,00	22.241.979,00	833.198,00	29.141.456,00
TOTAL DE INST. FINANC. PASSIVOS	20.900.502,00	32.581.221,00	837.334,00	54.319.057,00

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Com base nesta tabela a figura 8 apresenta os tipos de passivos financeiros evidenciados pelas instituições bancárias no exercício de 2012 e os percentuais de cada um deles com relação ao total mensurado a valor justo, onde se observa que houve um aumento dos passivos derivativos ultrapassando o montante de passivos financeiros para negociação neste período.

Figura 8 - Passivos financeiros mensurados a valor justo – 2012



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Tendo em vista as análises realizadas dos passivos financeiros mensurados a valor justo das instituições bancárias nos exercícios de 2011 e 2012 pode-se observar um aumento significativo de 99,88% no montante de passivos derivativos e um decréscimo de 28,95% nos passivos financeiros para negociação.

4.3 Representação dos critérios de mensuração a valor justo por instituição bancária

Tendo realizado uma coleta e análise dos dados relativos à mensuração dos instrumentos financeiros das instituições bancárias em questão abordaremos nesta parte a participação de cada critério de mensuração no total evidenciado a valor justo destes instrumentos.

Na Tabela 7 são apresentados os percentuais de cada instituição bancária com relação ao montante dos seus instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos nos exercício de 2011 e 2012.

Tabela 7 - Representação do critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos por instituição bancária – 2011 e 2012

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	Valor de mercado de Instrumentos financeiros idênticos (Nível 1)	
	2012	2011
ABC Brasil S.A	34,93%	33,80%
Alfa Holding S.A	59,55%	64,97%
Banco da Patagônia	95,91%	99,99%
Banco do Brasil S.A	55,74%	62,67%
Banco Pine	78,10%	79,13%
Banco Sofisa	66,45%	72,63%
Banestes	41,58%	59,43%
BicBanco	30,22%	2,20%
Bradesco S.A	77,62%	74,04%
Brb Brasília S.A	93,95%	97,62%
BTG Pactual S.A	58,21%	64,42%
Indusval & Partner S.A	40,38%	40,13%
Itau Holding S.A	64,22%	71,04%
Mercantil Br S.A	84,89%	89,88%
Panamericano	38,08%	38,67%
Santander S.A	80,89%	86,75%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A tabela 8 demonstra os percentuais de cada instituição bancária com relação ao montante dos seus instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do critério de valor de mercado de instrumentos financeiros similares nos exercício de 2011 e 2012.

Tabela 8 - Representação do critério de valor de mercado de instrumentos financeiros similares por instituição bancária – 2011 e 2012

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	Valor de mercado de Instrumentos financeiros similares (Nível 2)	
	2012	2011
ABC Brasil S.A	65,07%	97,80%
Alfa Holding S.A	40,45%	33,95%
Banco da Patagônia	4,09%	1,19%
Banco do Brasil S.A	43,73%	37,33%
Banco Pine	21,90%	25,96%
Banco Sofisa	33,55%	27,33%
Banestes	58,42%	39,68%
BicBanco	69,78%	61,33%
Bradesco S.A	3,54%	0,01%
Brb Brasília S.A	6,05%	2,38%
BTG Pactual S.A	38,32%	33,72%
Indusval & Partner S.A	59,56%	59,87%
Itau Holding S.A	34,63%	28,96%
Mercantil Br S.A	15,11%	10,12%
Panamericano	61,92%	66,20%
Santander S.A	18,48%	13,25%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A Tabela 9 evidencia os percentuais de cada instituição bancária com relação ao montante dos seus instrumentos financeiros mensurados a valor justo através dos critérios de cálculos estatísticos financeiros de estimativa nos exercício de 2011 e 2012.

Tabela 9 - Representação do critério de cálculos estatísticos financeiros de estimativa por instituição bancária – 2011 e 2012 (Continua)

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	Cálculos estatísticos financeiros de estimação do valor justo (Nível 3)	
	2012	2011
ABC Brasil S.A	0,00%	0,00%
Alfa Holding S.A	0,00%	0,00%
Banco da Patagônia	0,00%	0,00%
Banco do Brasil S.A	0,52%	0,90%
Banco Pine	0,00%	0,00%
Banco Sofisa	0,00%	0,00%
Banestes	0,00%	0,00%
BicBanco	0,00%	0,00%
Bradesco S.A	18,85%	19,68%
Brb Brasília S.A	0,00%	0,00%

Tabela 9 - Representação do critério de cálculos estatísticos financeiros de estimativa por instituição bancária – 2011 e 2012 (Conclusão)

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	Cálculos estatísticos financeiros de estimação do valor justo (Nível 3)	
	2012	2011
BTG Pactual S.A	3,47%	1,08%
Indusval & Partner S.A	0,06%	0,03%
Itau Holding S.A	1,15%	1,86%
Mercantil Br S.A	0,00%	0,00%
Panamericano	0,00%	0,00%
Santander S.A	0,62%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

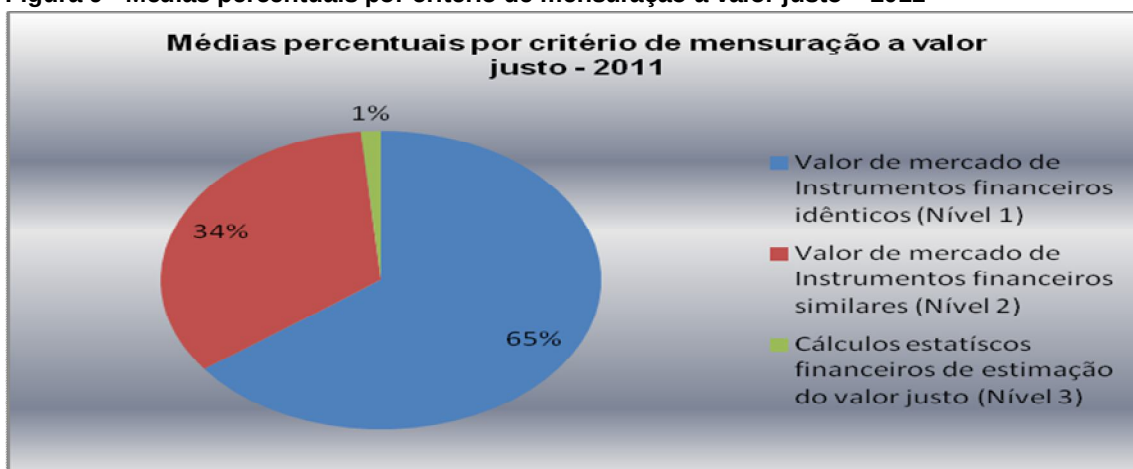
Observa-se nas tabelas 7,8 e 9 uma grande variabilidade de percentuais de participação frente ao total mensurado a valor justo de cada instituição bancária, por isso, para melhor compreensão do nível de aderência destes critérios aos objetivos da contabilidade, conforme descrito nos procedimentos metodológicos, foram procedidos os cálculos das médias e os desvios-padrão de cada um destes critérios.

4.3.1 Médias e Desvios-padrão

Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.152) a “média é a medida mais usada nos procedimentos estatísticos. A média de uma distribuição equivale à média aritmética”. Para estas autoras (2011, p.168) as “medidas de dispersão servem para determinar as variações dos valores individuais a partir da média, da mediana e da moda”.

A figura 9 demonstra a distribuição das médias dos percentuais dos montantes de instrumentos financeiros mensurados a valor justo por critério de mensuração do exercício de 2011, com base nas tabelas 7,8 e 9, onde se observa que a média de mensuração do critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos é de 65%; o critério de valor de mercado de instrumentos financeiros similares tem uma média de 34% e por fim a média dos cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo é de 1%.

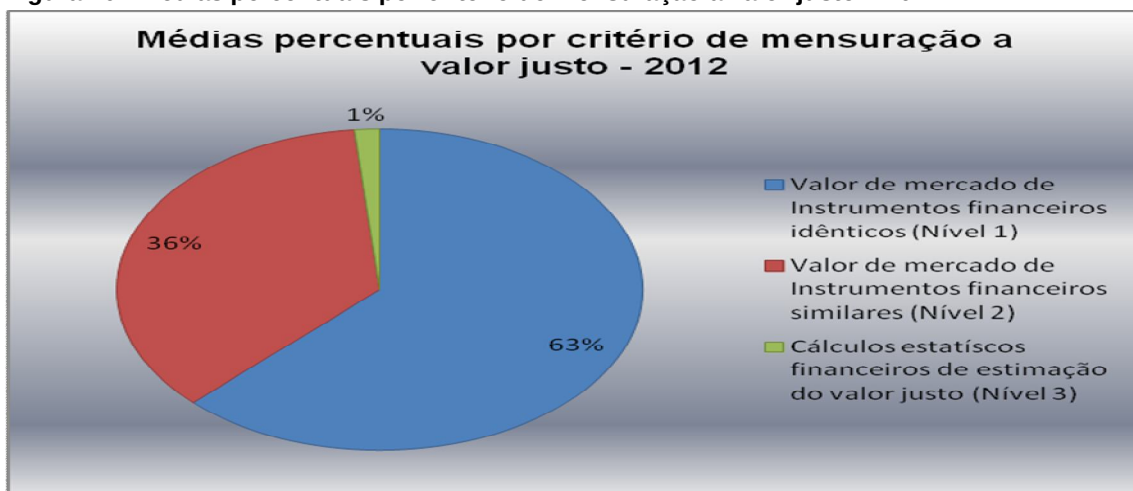
Figura 9 - Médias percentuais por critério de mensuração a valor justo – 2011



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A figura 10 demonstra a distribuição das médias dos percentuais dos montantes de instrumentos financeiros mensurados a valor justo por critério de mensuração do exercício de 2012, com base nas tabelas 7,8 e 9, onde se observa que a média de mensuração do critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos é de 63%; o critério de valor de mercado de instrumentos financeiros similares tem uma média de 36% e por fim a média dos cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo é de 1%.

Figura 10 - Médias percentuais por critério de mensuração a valor justo – 2012



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A Tabela 10 demonstra os desvios-padrão das médias apresentadas nas Figuras 7 e 8.

Tabela 10 – Desvios-padrão das médias.

PERÍODO	ABORDAGEM DE MERCADO		ABORDAGEM DE RECEITA OU LUCRO FUTURO
	Valor de mercado de Instrumentos financeiros idênticos (Nível 1)	Valor de mercado de Instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo (Nível 3)
2011	26%	27%	5%
2012	21%	23%	5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Com base nas médias e desvios-padrão calculadas, pode-se inferir que houve um pequeno decréscimo na média percentual de 2011 para 2012 no critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos de 2 pontos percentuais e um acréscimo desta mesma dimensão no critério de valor de mercado de instrumentos financeiro similares, enquanto que não houve variação na média percentual dos critérios de cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo nestes períodos sendo esta de 1%.

4.3.2 Classificação dos critérios de mensuração a valor justo aos níveis de aderência aos objetivos da contabilidade

Tendo por base os níveis de aderência aos objetivos da contabilidade definidos nos procedimentos metodológicos do presente estudo, a Tabela 11 demonstra a classificação dos critérios de mensuração a valores justo utilizados pelas instituições bancárias para avaliar seus instrumentos financeiros.

Tabela 11 – Classificação dos critérios de mensuração a valor justo

Cód	Nível de aderência dos critérios de mensuração a valor Justo	Critério de mensuração do valor justo	Abordagens dos critérios
001	<i>Altamente aderente aos Objetivos da contabilidade</i>	Valor de mercado de Instrumentos financeiros idênticos (Nível 1)	Mercado
002	<i>Relativamente aderente aos Objetivos da contabilidade</i>	Valor de mercado de Instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Mercado
003	<i>Pouco aderente aos Objetivos da contabilidade</i>	Cálculos estatísticos financeiros de estimativa do valor justo (Nível 3)	Receita ou Lucro futuro

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Por fim, diante dos cálculos das médias e desvios-padrão realizados dos percentuais de participação dos critérios de mensuração a valor justo para avaliação dos instrumentos financeiros das instituições bancárias com relação ao total de mensuração destes instrumentos a tabela 12 os evidencia conforme o nível de aderência aos objetivos de contabilidade.

Tabela 12 – Média e Desvios-padrão dos níveis de aderência aos objetivos de contabilidade

Cód	Nível de aderência dos critérios de mens. A valor Justo	Média (%) 2011	Média (%) 2012	Desvio Padrão 2011 (%)	Desvio Padrão 2012 (%)
001	<i>Altamente aderente aos OBJ da contabilidade</i>	65	63	26	21
002	<i>Relativamente aderente aos OBJ da contabilidade</i>	34	36	27	23
003	<i>Pouco aderente aos OBJ da contabilidade</i>	1	1	5	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi demonstrar o nível de aderência dos critérios utilizados pelas instituições bancárias para mensurar os seus instrumentos financeiros a valor justo aos objetivos da contabilidade. De um universo composto por 23 instituições bancárias, listadas na bolsa de valores de São Paulo (BM&F Bovespa) nos exercícios de 2011 e 2012, 16 evidenciaram em suas notas explicativas os critérios de mensuração a valor justo dos seus instrumentos financeiros, as 7 restantes não evidenciaram estes critérios, por isso não fizeram parte da pesquisa.

A fundamentação teórica abordou a evolução dos conceitos de contabilidade e os seus objetivos, descrevendo as características qualitativas e os diversos critérios de mensuração das informações contábeis, necessárias para que estes objetivos sejam alcançados, posteriormente foi definido o valor justo, os critérios para sua determinação, os níveis hierárquicos destes critérios e uma discussão das suas vantagens e desvantagens. Foi realizada também uma abordagem sobre os instrumentos financeiros, as suas classificações e as formas de mensuração e reconhecimento previstas no CPC 38.

Através de pesquisas bibliográficas, estruturou-se uma escala níveis de aderência aos objetivos da contabilidade que visa classificar os critérios de mensuração a valor justo, foram também apurados os percentuais de cada instituição bancária relativa à utilização destes critérios para mensuração dos instrumentos financeiros do período em estudo, como também se realizaram cálculos de médias e desvios-padrão destes percentuais.

Os resultados da pesquisa demonstraram que do total dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo em 2011, em 59% foi mensurado pelo critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos, 36% pelo critério de valor de mercado de instrumentos financeiros similares e 5% através de cálculos estatísticos financeiros de estimativa; enquanto que em 2012, 66% do total mensurado a valor justo foi avaliado pelo critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos, 29% pelo critério de valor de mercado de instrumentos financeiros similares e 5% através de cálculos estatísticos financeiros de estimativa. Houve um crescimento de R\$ 673.052.486.000,00 para

860.495.876.000,00 representando 27,85% do total mensurado a valor justo de 2011 para 2012.

Do montante total de instrumentos financeiros mensurados a valor justo nos exercícios de 2011 e 2012 pode-se destacar cinco principais instituições bancárias, são elas: Itaú Holding S.A, Banco do Brasil S.A, Bradesco S.A, Banco Santander S.A e o Banco BTG-Pactual S.A.

Diante das análises realizadas dos ativos financeiros mensurados a valor justo dos exercícios de 2011 e 2012 destacou-se um maior percentual de ativos disponíveis para negociação (56,77% e 53,36% respectivamente) e ativos disponíveis para venda (35,98% e 39,61% respectivamente), enquanto as análises realizadas dos passivos financeiros mensurados a valor justo das instituições bancárias nos exercícios nos mesmos períodos pode-se observar um aumento significativo de 99,88% no montante de passivos derivativos e um decréscimo de 28,95% nos passivos financeiros para negociação.

Procedendo aos cálculos das médias e desvios-padrão dos percentuais por instituição bancária para cada critério de mensuração do valor justo temos que nos períodos de 2011 e 2012 o critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos obteve médias percentuais de 65% e 63% com desvios-padrão de 26% e 21%, o valor de mercado de instrumentos financeiros similares obtiveram 34% e 36% e desvios-padrão de 27% e 23%, os cálculos estatísticos financeiros de estimativa obtiveram média de 1% e desvio-padrão de 5% para cada período.

A pesquisa classificou os critérios utilizados pelas instituições bancárias para mensurar instrumentos financeiros a valor justo com base em uma escala conceitual de aderência aos objetivos da contabilidade, onde se afirmou que o critério de valor de mercado de instrumentos financeiros idênticos é altamente aderente aos objetivos da contabilidade, sendo este o de maior utilização pelas instituições bancárias, o critério de valor de mercado de instrumentos financeiros similares é relativamente aderente aos objetivos da contabilidade apresentando um uso limitado pelas instituições bancárias, enquanto que os cálculos estatísticos financeiros de estimativa são pouco aderentes aos objetivos da contabilidade, este último é utilizado em menor escala pelas instituições bancárias em estudo.

Sendo a contabilidade a linguagem dos negócios e o principal instrumento informativo dos eventos econômico-financeiros das organizações, ao longo da

evolução conjuntural da economia global, estudiosos e pesquisadores da área vêm discutindo sobre a aplicação de vários critérios de mensuração e reconhecimento de elementos patrimoniais e de resultados que aproximem a informação ao máximo possível da realidade econômica, tornando-a útil, atualmente as normas de contabilidade, nacionais e internacionais, adotaram o critério de mensuração a valor justo para mensuração de certos ativos e Passivos, como alternativa ao custo histórico.

Diversos autores e participantes do mercado receberam com grande entusiasmo o critério de mensuração do valor justo e alguns defendem a sua utilização em total substituição ao custo histórico, com argumentos de que este critério possui maior relevância, porém surge o questionamento do porque o valor justo é apenas adotado para alguns ativos e passivos, como por exemplo, os instrumentos financeiros, estudados neste trabalho, nesse sentido, são viáveis deduzir que seja o início de uma adaptação progressiva ou um limite intransponível para este critério.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Franklin; CARLETTI, Elena. **Banks, market and liquidity. Wharton Financial Institutions Center Working Paper n, 07-24.** p. 1-32, 2007. Disponível em <http://papers.ssrn.com/so13/papers.cfm?abstract_id=1021734>. Acesso em 19/11/2013.
- ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva.** São Paulo: Atlas, 2011.
- ARGILES, J. M.; BLADÓN, J. G.; MONLLAU, T. **Fair value versus historic cost valuation for biological assets: implications for the quality of financial information.** Barcelona, Espanha. Working Paper, 2009.
- BARTH, M.E. **Including estimates of the future in today's financial statements. Accounting Horizons**, v. 20, n. 3, pp. 271-85, 2006.
- BARRETO, Eric. **A contabilidade a valor justo e a crise financeira mundial.** 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BEUREN, I. M.; BRANDÃO, J. F. **Demonstrações contábeis no Mercosul.** São Paulo: Atlas, 2001.
- BLECK, A. e LIU, X. Market transparency and the Accounting Regime. **Journal of Accounting Research**. Chicago, v. 45, n.2, p 229-256, 2007.
- CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. **Contabilidade básica.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo: 1966.
- CHOY, Amy K. **Fair Value as a Relevant Metric: a theoretical investigation.** University of Alberta – Department of Accounting & Management Information Systems. 2006. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=878119> Acesso em: 22 de novembro de 2013.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico – CPC 00 (R1):** Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, 2011.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico – CPC 38:** Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Brasília, 2009.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico – CPC 39:** Instrumentos Financeiros: Apresentação. Brasília, 2009.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico – CPC 46:** Mensuração do Valor Justo. Brasília, 2012.

DEACONU, A.; BUIGA, A. Analysis of the convergence degree between the accounting and the valuation standards concerning fair value. **Journal of Property Investment & Finance**, v. 28, n.5, pp. 365-384, 2010.

EVANS, Mark E., HODDER, Leslie D.; HOPKINS, Patrick E.. **The Predictive Ability of Fair Values for Future Financial Performance of Commercial Banks and the Relation of Predictive Ability to Banks' Share Prices**. p. 1-63, 2010. Disponível em < <http://ssrn.com/abstract=1549025> > Acesso em 22 de novembro de 2013.

FILHO, Augusto C. C. e Silva; MACHADO, Márcio André Veras; MACHADO, Márcia Reis. **Custo Histórico X Valor Justo: Qual informação é mais Value Relevant na mensuração dos ativos biológicos**. XII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo. Anais... São Paulo: CONGRESSO USP, 2012.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – FASB. **Statement of Financial Accounting Standards No. 157 - Fair Value Measurements**, September, 2006.

GARCIA, Elias. *et al.* **A importância da divulgação Contábil mensurada ao Fair Value**. Ciências Sociais em Perspectiva, n. 11, p. 127-138, 2º sem. 2007.

GODFREY, Jayne; HODGSON, Allan; HOLMES, Scott e TARCA, Ann. **Accounting theory**. 16. ed. New York: Wiley, 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**, 5 a.ed., São Paulo: Atlas, 1999.

HERBOHN, K. ; HERBOHN, J. **International Accounting Standards (IAS) 41: What are the Implications for Reporting Forest Assets?** Small-Scale Forest Economics, Management and Policy. Australian, v. 5, n.2, p. 175-189, 2006.

HERMAN JR., Frederico. **Contabilidade superior: teoria econômica da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1972.

INTERNATIONAL ACCOUTING STANDARDS BOARD (IASB). **IAS 39 – Financial Instruments**. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6a. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio de e MARION, José Carlos. **Dicionário de termos de contabilidade**. São Paulo: editora Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu. **Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo**. Revista de contabilidade e finanças, Edição de 30 anos do doutorado, p. 9-18, 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 10ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAM, V. **Accounting Theory**. Hayward, CA: John Wiley, 1986.

KICH, Taciane Graciele Fanck; FILIPIN, Roselaine. **Valor Justo: Metodologia para mensuração de ativos e passivos**. 2010. Disponível em: < http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/VALOR%20JUSTO-

%20METODOLOGIA%20PARA%20MENSURA%C3%87%C3%83O%20DE%20ATIVOS%20E%20PASSIVOS.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2013.

LAUX, C.; LEUZ, C. Did **Fair-Value Accounting Contribute to the Financial Crisis?**. Journal of Economic Perspectives, v. 24, n. 1, p. 93-118, 2010.

LAUZ, Christian; LEUZ, Christian. **The crisis of fair value accounting: making sense of the recent debate**. Accounting, Organizations and Society, v. 34, n. 33, p. 1-28, 2009.

LIMA, V. S. de; LIMA, G. A. S. de; LIMA, I. S. de; CARVALHO, L. N. G. de.

Determinantes da Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil. In: IV Congresso ANPCONT, 2010, Natal. **Anais...** Natal: ANPCONT, 2010.

LISBOA, L.; SCHERER, L.M.. **Fair value accounting e suas aplicações nas atividades agropecuárias**. XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 2000, Anais. Goiânia: CFC, 2000.

LUSTOSA, P. R. B. **A (In?) Justiça do Valor Justo: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon**. X Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CONGRESSO USP, 2010.

MARQUES, Tatiane de Oliveira; PETRI, Sergio Murilo; SCHULTZ, Charles Albino. **Valor Justo Aplicado nos Instrumentos Financeiros: Um Estudo Bibliométrico das Pesquisas Nacionais e Internacionais**, 2012. Disponível em:< http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2012/CONT/Tema%2003/2012_CON1388.pdf > Acesso em: 21 de outubro de 2013.

MARTINS, E. **Avaliação de Empresas: da Mensuração Contábil à Econômica**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil a econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Gilberto de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Vinícius Gomes. **Relevância e confiabilidade na mensuração de ativos a valor justo por empresas listadas na BM&F BOVESPA**. 2012. 101f. Dissertação (Mestrado em contabilidade) – UNB-UFPB-UFRN, João Pessoa, 2012.

NIYAMA, Jorge K.; SILVA, César A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

PENMAN. Stephen H. **Financial reporting quality: is fair value a plus or a minus?**. Accounting and Business Research (special issue), p. 33-44, 2007.

PFALTZGRAFF, Rogério. **Aspectos científicos da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Livraria Tupã, 1956. 240 p.

POON, W.W. **Using fair value accounting for financial instruments**. American Business Review, v. 2, n.2 , p. 39-41, 2004.

RYAN, Stephen G. **Accounting in and for the subprime crisis**. New York, USA, The Accounting Review. v.83, nº 6, p.1605-1638. 2008.

SAYED. Samir. **O uso do valor justo e suas relações com o valor de mercado das instituições financeiras**. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado em contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SONG, Chang J.; THOMAS, Wayne B.; YI, Han. **Value relevance of FAS 157 fair value hierarchy information and the impact of corporate governance mechanisms**. The Accounting Review, v. 85, n. 4, 2010, p. 1375-1410, 2010.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação Contábil: Estudos sobre a sua Divulgação no Mercado de Capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.